



Boletim 247 WRM
Movimento Mundial pelas Florestas Tropicais
Novembro / Dezembro 2019

Conceitos que matam florestas



Amazonia. Foto: Thomas Bauer-CPT Bahia

| | |
|--|----|
| Nossa Opinião: Como a linguagem da dominação provoca desmatamento..... | 2 |
| Uma lista (inacabada) de conceitos que matam florestas..... | 4 |
| “O interesse nacional”: neofascismo na floresta Amazônica | 12 |
| Portucel em Moçambique : a realidade por trás do discurso de “plantações sustentáveis”..... | 17 |
| Índia : mulheres, Bens Comuns e patriarcado..... | 21 |
| <i>Blockchain</i> e contratos inteligentes: as mais recentes tentativas do capital de se apropriar da vida na Terra..... | 26 |
| Climatologia/Ideologia..... | 32 |
| Um novo nome para um antigo desvio: as Soluções Baseadas na Natureza são o novo REDD..... | 36 |

RECOMENDADOS

| | |
|--|----|
| Dicionário de Desenvolvimento..... | 40 |
| Armadilhas, dilemas e contradições do discurso sobre os direitos nas florestas..... | 40 |
| Soluções baseadas na natureza: de quem são os interesses que estão por trás?..... | 41 |
| FSC: A nova face da extração de madeira como atividade “sustentável”..... | 41 |
| Destruição regulamentada: como a compensação da biodiversidade permite a destruição ambiental..... | 41 |
| Declaração dos indígenas Mapuches e outros do Chile: Não aos esquemas com base no mercado!..... | 41 |

*Este Boletim tem artigos escritos por as seguintes organizações e indivíduos:
Missão Tabita, Moçambique; ativistas da Índia; Núcleo de Pesquisa, Território e Política na Amazônia, Brasil; The Cornerhouse UK e membros do Secretariado Internacional do WRM.*

Conceitos que matam florestas

Nossa Opinião

Como a linguagem da dominação provoca desmatamento



Termos como REDD (o principal mecanismo internacional de políticas florestais, que têm afetado as florestas tropicais nos últimos 15 anos), Sustentabilidade e vários outros tiveram grande influência sobre os debates que ocorrem dentro e entre grupos da sociedade civil, ONGs, formuladores de políticas, instituições financeiras e grandes empresas. No entanto, parece haver suposições radicalmente diferentes sobre o significado de fato desses termos e qual é ou deveria ser o seu papel.

Este boletim não pretende iniciar um debate sobre o que *é* ou *deveria ser* Sustentabilidade – ou qualquer outro dos conceitos discutidos nos artigos desta edição. Nosso objetivo é **abrir um espaço para uma reflexão crítica sobre o que esses conceitos provocam de fato para as florestas e as pessoas que dependem delas.**

As muitas lutas contra empresas que afirmam operar de maneira Sustentável ou que implementam projetos de REDD nas florestas são exemplos das contradições visíveis entre o sentido positivo enfatizado por aqueles que defendem esses conceitos e as implicações reais de muitos projetos e atividades nos quais esses conceitos se manifestam concretamente. Os governos se comprometem com uma economia Sustentável e as empresas comercializam seus produtos como Sustentáveis porque, usando essa terminologia, atraem financiadores e consumidores.

Vale a pena destacar que, quando a oposição a um conceito se torna forte demais para que ele atinja seu objetivo de maquiagem a destruição resultante das atividades de empresas na floresta, um novo conceito é introduzido. No entanto, **apenas o nome e a propaganda tendem a ser novos, enquanto os pressupostos subjacentes que sustentam a economia capitalista permanecem os mesmos.** Por exemplo, a crescente demanda pública por ações de fato por parte de governos e empresas para evitar o caos climático deu origem a todo um novo leque de conceitos enganosos e expressões confusas, como Desmatamento Líquido Zero, Soluções Baseadas na Natureza, Soluções Climáticas Naturais e práticas Inteligentes para o Clima.

Parece que, para quase todos os “produtos” e processos industriais que causam devastação ambiental, uma versão Sustentável é apresentada como solução. De modo geral, essas novas versões acabam sendo soluções falsas porque não representam uma ruptura com o paradigma do crescimento ilimitado que gera superprodução e consumo. Para essas ditas soluções, **o que conta não é a realidade de milhares de comunidades que dependem das florestas e que enfrentam permanentemente invasão de suas terras, destruição de seus territórios e meios de subsistência, violência e poluição; o que importa é que empresas possam usar selos alegando o desenvolvimento Sustentável.** Mesas redondas, sistemas de certificação, programas de responsabilidade social e ambiental de empresas, salvaguardas de bancos multilaterais, entre muitos outros, prometem uma economia capitalista ecológica e socioambiental, baseada na produção industrial de óleo de dendê Sustentável, plantações de árvores Sustentáveis, mineração Sustentável, energia Sustentável. Na realidade, eles fazem pouco mais do que maquiagem de verde na destruição das florestas e abrir caminho para mais expansão.

Relatórios sobre os impactos desastrosos de um determinado fator que incentiva o desmatamento, por exemplo, a pecuária industrial para produção de carne, costumam ser concluídos com uma lista de recomendações para que empresas, governos e financiadores apliquem as melhores práticas ou desenvolvam um novo conjunto de salvaguardas ou diretrizes voluntárias. Frequentemente, **essas recomendações fortalecem conceitos que matam florestas** porque raramente exigem uma ruptura radical com o *status quo*, e sim se concentram em melhorias que tornam a destruição “menos ruim”. Embora eles ofereçam um espaço para as empresas se autodenominarem Sustentáveis, as comunidades continuam a enfrentar práticas supostamente “menos ruins” de apropriação de terras e destruição de florestas. Nesse contexto, **as chamadas melhores práticas, salvaguardas e diretrizes voluntárias tornam-se fundamentais para a sobrevivência do capitalismo e o “modelo de desenvolvimento” que está por trás da maior parte da destruição das florestas.**

Outra ameaça importante desses conceitos, embora seja bastante ocultada, é que eles **impedem a mobilização e a organização coletiva entre grupos da sociedade civil.** Movimentos, comunidades florestais e grupos de apoio continuam canalizando muita energia para denunciar que esses conceitos não resolvem problemas como perda de terras férteis, destruição de florestas, poluição da água, perda de liberdade, violência ou graves restrições ao direito de ir e vir.

Diante da probabilidade de que as múltiplas crises ecológicas e sociais continuem e, por isso, continuem gerando um número crescente de conceitos que desviam esforços da ruptura com a economia capitalista (verde), talvez **seja hora de fazer uma reflexão.** De que forma os movimentos de base e as organizações de apoio podem **evitar que fiquem presos em debates intermináveis sobre políticas e processos de diálogo ligados a conceitos que, no final das contas, servem para perpetuar a matança de florestas,** dificultando a mobilização e a organização coletiva?

Boa leitura!

Uma lista (inacabada) de conceitos que matam florestas



A linguagem e as palavras são campos em disputa na luta política. As escolhas e interpretações pelas quais optamos podem expor visões muito profundas e essencialmente diferentes sobre como ver o mundo, entendê-lo, posicionar-se diante dele e se relacionar com ele. A linguagem nunca é neutra e certos conceitos têm sido usados, ao longo da história, para dominar pessoas e territórios. Seus sentidos e usos estão em constante transformação em relação aos diversos conflitos, forças e interesses políticos.

Neste boletim, o WRM reflete sobre a conexão entre linguagem, desmatamento e conceitos geralmente apresentados como positivos e necessários do ponto de vista ambiental e social, mas que, na verdade, tendem a servir aos interesses empresariais de acumulação de lucros enquanto dominam e prejudicam as comunidades, bem como as florestas e os territórios dos quais essas comunidades dependem.

Esta lista de conceitos é um trabalho em construção, está longe de ser acabada. Seu objetivo é alertar nossos leitores sobre os sentidos e usos desses conceitos, e os interesses que ocultam, e resumir as razões pelas quais cada um representa uma contribuição para a destruição das florestas.

Manejo Florestal Sustentável

O Manejo Florestal Sustentável foi introduzido no final dos anos 80 como uma suposta solução para o desmatamento da floresta tropical causado pela extração industrial de madeira. A **Extração Seletiva de Madeira** foi incentivada como uma estratégia fundamental para obter benefícios econômicos sem comprometer a estrutura dinâmica e a sobrevivência da floresta. A ideia ganhou o apoio de empresas madeireiras, instituições financeiras multilaterais – como o Banco Mundial – e grandes ONGs de conservação.. No entanto, na prática, a extração industrial – “seletiva” ou não – provou ser uma atividade inerentemente destrutiva, que, em última instância, mata as florestas. Não é de surpreender que a promessa do Manejo Florestal Sustentável não tenha sido cumprida. Apesar do aumento das áreas sob esse regime nas florestas tropicais do mundo, o desmatamento também cresceu.

[Concessões para exploração de madeira: base de uma indústria ou controle político?](#)

Boletim 217 do WRM, agosto de 2015

O **Manejo Florestal Comunitário** é uma subcategoria do Manejo Florestal Sustentável e fez com que o conceito soa ainda mais otimista. No entanto, conversas com membros de comunidades que foram pressionados a participar de um chamado esquema de Manejo Florestal Comunitário revelaram como a atividade de extração de madeira os levou a alterar seu modo de vida, que se baseava em produtos florestais não madeireiros e passou a depender da extração de madeira de alto valor comercial. Como a destruição ocorre de forma bem mais lenta, as comunidades podem ficar sabendo o quanto essa atividade é destrutiva para a floresta apenas depois de um período significativo de tempo. Embora o conceito implica que essa forma de extração de madeira seja comandada pela comunidade, quem está à frente desse modo empresarial são engenheiros florestais externos, e os benefícios obtidos são muito maior para as madeiras e consultorias do que para as comunidades.

[Vozes e comunidades locais no Acre denunciam violações ao manejo sustentável de base comunitária](#)

Boletim 197 do WRM, dezembro de 2013

[Repensando o manejo florestal de base comunitária na Bacia do Congo](#) (em inglês)

Rainforest Foundation UK, novembro de 2014

Áreas protegidas

As **Áreas Protegidas ou de Conservação** não protegem nem conservam as florestas; elas as matam porque geralmente invadem os territórios dos povos da floresta, muitas vezes de forma violenta. Ao ficar sem as pessoas que vivem com ela e a defendem há milhares de anos, a floresta tende a ser destruída ou se deteriorar. As empresas podem entrar nela e explorar ela com mais facilidade porque as comunidades não estão mais nela. Há muitos exemplos onde áreas supostamente protegidas acabaram sendo invadidas por projetos extrativos. Além disso, quando as florestas são transformadas em áreas de conservação, os regimes naturais de fogo e outras características passam a correr risco. Por quê? Porque, historicamente, as comunidades florestais e seus conhecimentos tradicionais têm sustentado e enriquecido a diversidade de habitats nas florestas. A maioria dos tipos de Áreas Protegidas proíbe as pessoas que vivem dentro delas e mantêm seus meios de subsistência e práticas ancestrais de usar e manejar essas florestas.

[Fogo bom, fogo mau, quem decide? Uma reflexão sobre o fogo e as florestas](#)

Boletim 238 do WRM, junho-julho de 2018

[As compensações ambientais no Panamá: uma estratégia que abre áreas protegidas a mineração](#)

Boletim 232 do WRM, julho-agosto de 2018

As Áreas Protegidas foram criadas em base de crenças surgidas nos Estados Unidos, no final do século XIX, para preservar áreas “intactas” de “natureza selvagem” – sem nenhuma presença humana, principalmente para praticar caça de elite e desfrutar da beleza cênica. Essa ideia colonial de **Conservação**, que separa “natureza” e “seres humanos”, também facilitou a divisão das florestas em áreas de concessão para diferentes fins: enquanto algumas áreas devem ser “preservadas” sem pessoas, outras devem ser destruídas pelos

interesses de lucro das empresas. De uma forma ou de outra, as ONGs conservacionistas estão envolvidas na maioria das Áreas Protegidas, geralmente numa aliança com empresas que estão causando desmatamento em outros lugares.

[ONGs Conservacionistas: de quem são os interesses que elas realmente protegem?](#)

Boletim 242 do WRM, janeiro-fevereiro de 2019

Restauração da paisagem

Essas palavras são usadas em conjunto para expressar um interesse político muito específico. **Restauração** geralmente significa plantar árvores, criando plantações industriais de monoculturas. Em conferências internacionais e regionais, milhões de hectares foram prometidos para projetos de restauração, como uma suposta solução para a crise climática e para deter a perda de florestas. Essas promessas persistem, apesar dos impactos negativos bem documentados das plantações de monocultura na prática. O que piora esse impacto é que aquilo que os defensores da Restauração chamam de **Paisagem**, os povos da floresta chamam de **Território**. A palavra Território não deixa dúvidas de que a terra em questão é muito mais que uma paisagem geográfica. Território é identidade; é um espaço para a vida, moldado pelas complexas interações entre comunidades humanas e não humanas ao longo do tempo. Usar o conceito Paisagens, por sua vez, facilita muito a criação da ilusão sobre áreas vazias, subutilizadas ou degradadas, que possam ser disponibilizadas para a Restauração. Estudos acadêmicos e iniciativas globais e regionais têm afirmado que existem milhões de hectares de terra “disponíveis” para a Restauração. Na realidade, essa terra já está sendo usada, e é provável que a restauração retire de seus ocupantes o controle sobre o uso dessa terra, à qual chamam de Território.

[Algumas das principais iniciativas para expandir os monocultivos de árvores na América Latina, na África e na Ásia](#)

Boletim 228 do WRM, janeiro de 2018

Extração de madeira, dendê, mineração, combustíveis fósseis e o agronegócio estão mudando os nomes de parte de suas atividades, passando a chamá-las de Restauração. Com essa imagem “mais verde”, eles não apenas podem continuar suas operações, mas também passam a ser vistos como parte da “solução” para o desmatamento e a degradação florestal. Assim, a restauração também mata florestas porque considere as plantações industriais como algo positivo e limpa a imagem das empresas que estão impulsionando o desmatamento.

[“A alegação de que a restauração global de árvores é a solução mais eficaz que temos para a mudança climática é simplesmente incorreta do ponto de vista científico e perigosamente enganosa”](#) (em inglês)

REDD-Monitor, outubro de 2019

Certificação

“Continuem comprando!” Essa é a mensagem promovida pelos sistemas de certificação. Sempre que uma commodity industrial ou agrícola adquire uma imagem negativa, em pouco tempo surge uma iniciativa de certificação voluntária para garantir que suas atividades sejam “sustentáveis” de acordo com seus próprios indicadores. Os esquemas de certificação

matam as florestas porque legitimam a expansão dos fatores que impulsionem o desmatamento.

[A lavagem verde continua: o FSC certifica plantações industriais de árvores como se fossem florestas e a RSPO certifica plantações de dendezeiros como se fossem sustentáveis](#)

Boletim 233 do WRM, setembro de 2017

As empresas escolhem cuidadosamente os mercados aos quais fornecer com produtos certificados: procuram aqueles onde os consumidores desejam comprar de acordo com suas “preocupações éticas” e, portanto, acreditam que os selos de certificação são um “seguro” que garante que esses produtos foram produzidos ou extraídos usando práticas “sustentáveis”. Ao incentivar esses consumidores a continuar comprando, os selos estimulam o consumo, em vez de reduzi-lo. Portanto, esses selos impulsionam a expansão do controle que as empresas têm sobre uma quantidade ainda maior de terras comunitárias. Eles também não conseguem resolver conflitos entre as comunidades e as empresas que se apossaram de seus territórios. É importante observar que nenhum esquema de certificação exclui a expansão, basicamente para que sempre possam certificar mais áreas. Como tal, são uma parte fundamental do comércio de commodities industriais de exportação.

[Esquemas de certificação incentivam concentração de terras, violência e destruição](#)

Boletim 240 do WRM, outubro de 2018

[Impactos das plantações industriais de dendê \(palma\) na Indonésia e a experiência com a RSPO](#)

Boletim 201 do WRM, abril de 2014

REDD: Reduzindo Emissões de Desmatamento e Degradação Florestal

A partir de 2005, o REDD foi o mecanismo internacional dominante na política florestal e desde a sua introdução, o conceito tem sido redefinido constantemente: de REDD a REDD+ (incluindo **Manejo Florestal Sustentável, Reflorestamento e Áreas de Conservação**), e depois a REDD+ de paisagem e jurisdicional. Algumas pessoas nem usam mais o termo REDD+, referindo-se a esquemas de pagamento “com base em desempenho” ou “com base em resultados”, ou ainda “de restauração do ecossistema”.

[REDD+: Um esquema podre em sua essência](#)

Boletim 245 do WRM, setembro de 2019

Como o nome sugere, este termo refere a reduzir as emissões resultantes do desmatamento. Porém, 14 anos depois, os defensores ainda não conseguem mostrar nenhuma evidência convincente de que o REDD+ realmente reduziu o desmatamento. Pelo contrário, o REDD+ na verdade é um conceito que destrói a floresta e causa danos aos povos da floresta. Isso porque, como mecanismo de compensação de carbono, faz lavagem verde em empresas responsáveis por altos níveis de poluição e degradação e destruição de florestas, , por exemplo, nos setores de aviação, commodities alimentícias globais e mineração. Também promoveu a ideia de que as florestas são **Sumidouros de Carbono**, reduzindo seus ciclos e funções complexos e inter-relacionados ao armazenamento de carbono. O REDD+ desvia a atenção das causas reais do desmatamento e evita que se implementem políticas e ações mais adequadas para deter o desmatamento.

[O que as florestas têm a ver com a mudança climática, os mercados de carbono e o REDD+? Um kit de ferramentas para ativistas comunitários](#)

WRM, 2017

O REDD+ não se originou das comunidades e seus expoentes tendem a atribuir a culpa pelo desmatamento nas práticas agrícolas dos camponeses e povos da floresta, ao mesmo tempo em que não enfrenta as causas do desmatamento em grande escala. A maioria das atividades de REDD+ impõe restrições, muitas vezes severas, ao uso comunitário das florestas. Agricultura itinerante, coleta e outras atividades de subsistência geralmente são proibidas nas áreas de REDD+, e as restrições costumam ser aplicadas com o apoio de guardas armados. Enquanto isso, a destruição das florestas pelas empresas continua sem ser impedida pelo REDD+.

[REDD: uma coleção de conflitos, contradições e mentiras](#)

WRM, 2014

Compensação

A compensação (“Offsetting”) é um conceito que vem se infiltrando nas negociações da ONU relacionadas às florestas e ao clima e em muitos programas e atividades internacionais. Para entender a lógica por trás da compensação, seja ela ligada a biodiversidade, carbono, água ou algo semelhante, é importante ter em mente o seguinte: A compensação destrói florestas porque permite que o modelo econômico dominante – dependente de combustíveis fósseis – continue prosperando e se expandindo. Em vez de buscar interromper a destruição de territórios e florestas, a compensação só existe se houver mais destruição – que precisa ser “compensada” em outro lugar. Ela se baseia na ideia simplista de que dois locais podem ser “equivalentes”, sem considerar todas as inter-relações, a diversidade e a singularidade de cada local no tempo e no espaço.

[Comércio de Serviços Ecossistêmicos: quando o pagamento por serviços ambientais dá uma licença para destruir](#)

WRM, 2014

[Destruo aqui e destruo lá: as compensações por perda de biodiversidade como dupla exploração](#)

Boletim 232 do WRM, julho-agosto de 2017

[Destruição Regulada: como a Compensação da Biodiversidade permite a destruição ambiental](#) (em inglês)

Amigos da Terra Internacional

A lógica por trás da Compensação (offsetting) também está sendo aplicada a programas em que essa palavra não aparece, como o **Desmatamento Líquido Zero**. Mas, por trás do novo nome, persiste a mesma lógica da Compensação. Os compromissos das empresas com Desmatamento Líquido Zero parecem maravilhosos, mas a palavra **Líquido** faz toda a diferença. Desmatamento Líquido Zero significa que o desmatamento pode acontecer e se podem destruir florestas, desde que a área florestal total dentro de uma determinada geografia permaneça inalterada. Isso significa que uma empresa de plantação de dendzeiros, por exemplo, tem permissão para destruir florestas, desde que “compense”

essa destruição conservando, em outros lugares, uma floresta “comparável” em termos de biodiversidade. Tudo o que a empresa precisa fazer é convencer de que, sem o projeto de “compensação”, essa floresta estaria em risco de destruição.

[A OLAM Palm Gabão quer usar a Definição de Florestas para implementar sua promessa de “Desmatamento Zero”](#)

Boletim 245 do WRM, setembro de 2019

Soluções naturais para o clima (também chamadas de soluções baseadas na natureza)

Este é o mais recente conceito incentivado pela indústria de combustíveis fósseis, de mãos dadas com ONGs conservacionistas. Seu objetivo: garantir que seu histórico de poluição e desastres socioambientais não entre na pauta das negociações climáticas. Após 14 anos de fracasso na redução do desmatamento, os mesmos defensores do **REDD+** estão reivindicando uma nova solução, agora chamada de Soluções Naturais para o Clima. A lógica continua sendo a mesma de conceitos, como o REDD+, que já fracassaram, a **Compensação**. Aproximadamente três quartos das atividades atualmente rotuladas como Soluções Naturais para o Clima são plantio de árvores (plantações industriais) ou restauração florestal (áreas de conservação).

Esse é um conceito que leva a mais destruição de florestas porque rebatiza antigas soluções falsas, como Compensação e REDD+. Assim, as Soluções Naturais para o Clima não enfrentarão os fatores que impulsionem o desmatamento enquanto desviam a atenção da necessidade urgente de deixar combustíveis fósseis no solo.

[Soluções Naturais para o Clima](#) (em inglês)

REDD-Monitor

[Lançado na COP25, a expressão Mercados para as Soluções Naturais para o Clima, da IETA, significa lavagem verde da indústria do petróleo](#) (em inglês)

REDD-Monitor, dezembro de 2019

Salvaguardas ou diretrizes voluntárias

Empresas, bancos, agências de financiamento e ONGs conservacionistas promovem Salvaguardas ou Diretrizes Voluntárias (para as chamadas melhores práticas) como uma ferramenta para evitar a regulamentação por parte do Estado. Com a ajuda dessas salvaguardas, prometem se regular voluntariamente, com base em **Padrões**, **Diretrizes** ou **Indicadores** elaborados por eles próprios. Sem nenhuma base legal, esses Padrões Voluntários dão a impressão de que a indústria é regulamentada, que as coisas são “seguras” e que algo está sendo feito para “melhorar” as atividades industriais. Salvaguardas ou diretrizes voluntárias matam as florestas porque permitem que atividades destrutivas continuem e se expandam. Elas dividem comunidades, enfraquecem a resistência e permitem que os responsáveis pelo desmatamento e a apropriação de terras operem de forma impune.

[Honduras e a Lei de Consulta: uma armadilha que busca o avanço do capitalismo nos territórios indígenas](#)

Boletim 234 do WRM, novembro de 2017

As Salvaguardas e Diretrizes Voluntárias se tornaram parte integral das “listas de pontos a serem verificados” usadas por empresas e bancos. Elas abriram as portas para as empresas continuarem seus negócios, mesmo que isso cause a destruição ambiental e social que os bancos alegam não financiar e as empresas afirmam não mais causar. O Banco Mundial, por exemplo, tem suas próprias salvaguardas e seus padrões sociais e ambientais para projetos que financia. Porém, como eles são voluntários, o Banco os revisou e os enfraqueceu ao longo do tempo, para flexibilizar ainda mais os “requisitos” necessários para investir em áreas florestais.

O desenvolvimento, a atualização e o monitoramento dessas salvaguardas e normas se tornaram um negócio em expansão para empresas de consultoria.

[Salvaguardando o investimento: salvaguardas para REDD+, mulheres e povos indígenas](#)
Boletim 211 do WRM, fevereiro de 2015

Florestas plantadas

A expressão Florestas plantadas representa uma contradição, pois só se pode plantar uma árvore, não uma floresta. Esse conceito é baseado na definição de florestas da FAO e as empresas de monocultura industrial de árvores são as maiores beneficiárias desse conceito. A definição da FAO reduz uma floresta a qualquer área coberta por árvores, deixando de lado outras formas de vida, bem como a diversidade biológica, cíclica e cultural que define uma floresta em relação a sua interconexão permanente com as comunidades que dependem dela. As estatísticas florestais dos países consideram essas plantações de monoculturas industriais como florestas, apesar dos impactos sociais e ambientais bem documentados que elas têm causado em todo o mundo.

[Definição de floresta](#)
WRM

A definição de floresta é uma questão altamente política e tem sérias consequências sociais e ambientais para as comunidades que dependem das florestas. A definição da FAO continua sendo a mais usada, e serve de referência para definições nacionais em todo o mundo. É também a referência em fóruns internacionais, como as negociações climáticas da ONU. O Acordo de Paris, por exemplo, adota essa definição e, portanto, promove monoculturas industriais de árvores sob o disfarce da imagem positiva das florestas.

[Lutas locais contra as plantações](#)
WRM

(Para mais informações, visite nosso site: <http://www.wrm.org.uy/pt>)

“O interesse nacional”: neofascismo na floresta Amazônica



Brasil. Foto: Mongabay.

O fascismo foi uma ideologia que surgiu na Europa, no século passado, e que se caracteriza, entre outras coisas, por um suposto interesse nacional, autoritarismo e repressão violenta contra seus opositores. Esses elementos se aplicam também aos atos do governo brasileiro liderado pelo ex-militar Jair Bolsonaro no primeiro ano de seu mandato. O Brasil ganhou visibilidade mundial em agosto de 2019, em função dos incêndios florestais. Embora a fumaça pudesse ser vista com facilidade nas reportagens da grande mídia, bem mais difícil era enxergar o que estava por trás da **cortina de fumaça criada pelo governo brasileiro: uma série de ações que levarão a floresta amazônica a uma morte rápida, destruindo os territórios, os meios de subsistência e as culturas diversas dos povos e populações que dela dependem.**

“Nossa Amazônia”

Em 23 de agosto de 2019, no auge dos incêndios na Amazônia, o presidente brasileiro Jair Bolsonaro fez um pronunciamento em cadeia de rádio e TV. Começou falando da “nossa Amazônia” e dizendo que “a floresta amazônica é parte essencial da nossa história, do nosso território e de tudo que nos faz sentir brasileiros”. Disse ainda que “a proteção da floresta é nosso dever” e que somos “cientes da nossa soberania”. (1)

Nesse período, lideranças de potências mundiais expressaram preocupação com a situação da Amazônia, sobretudo no Brasil, que detém a maior extensão da região. O governo brasileiro se queixou das supostas tentativas dessas potências de intervir na “nossa Amazônia”. Bolsonaro disse: “Quem é que está de olho na Amazônia? O que eles querem lá?”. Quando o presidente francês anunciou ajuda dos países do G7 para combater os incêndios, o governo do Brasil não a aceitou. (2)

Essa postura não é nova. O último regime militar no Brasil (1964-1985), no qual Bolsonaro se inspira, criou a falsa narrativa de que estava em curso uma conspiração da qual faziam parte empresas e ONGs internacionais de países industrializados, e cujo objetivo era se apropriar da região Amazônica. Com o lema “integrar para não entregar”, **os militares conduziram um processo autoritário de ocupação destrutiva da região Amazônica.** Tratava-se de uma ocupação supostamente brasileira, mas investidores estrangeiros

também lucravam com a destruição e a extração. (3) **Abriram-se estradas, levando madeiras, fazendeiros, empresários nacionais e internacionais, além de colonos de outras partes do Brasil** para a região, até então considerada “despovoada”, apesar da presença dos povos indígenas e comunidades quilombolas e ribeirinhas.

Esse processo teve continuidade nos governos pós-ditadura militar, inclusive nos do Partido dos Trabalhadores (2003-2016), que fez a construção da **mega-hidrelétrica de Belo Monte**, a terceira maior do mundo, uma obra idealizada na época da ditadura militar, mas nunca realizada. A construção de Belo Monte foi amplamente contestada por povos indígenas e organizações sociais da região, mas a voz deles foi ignorada. Foi também durante os governos do Partido dos Trabalhadores (PT) que se aprovou um **novo código florestal** que, entre outras coisas, anistiu o desmatamento realizado até 2008 e ampliou os limites para desmatar florestas, desde que esses desmatamento seja “compensado”, preservando florestas em outras regiões do mesmo bioma. Isso incentivou a legitimação de **ocupações ilegais e uma nova onda de grilagem de terras na floresta**, a partir da implementação do chamado Cadastro Ambiental Rural (CAR). (4) No entanto, há que se considerar que, nos governos do PT, houve mais investimento nos órgãos do Estado para fiscalizar, investigar e punir o desmatamento, resultando numa redução expressiva do desmatamento entre 2004 e 2010.

Por isso, não causa nenhuma surpresa que bem antes das eleições em 2018, Bolsonaro encontrou **apoio para sua candidatura entre grandes fazendeiros e empresas que exploram as “riquezas” da Amazônia**. Em troca, prometeu impunidade, e mais: **que combateria tudo que tivesse a ver com “esquerda”, “ambientalistas”, “ONGs”, “direitos humanos”, “sem terras” e que não demarcaria mais nenhuma terra indígena**. Isso explica “O Dia do Fogo” no auge da crise dos incêndios florestais, quando fazendeiros no Pará, o estado com a maior taxa de desmatamento, juntaram-se para botar fogo na floresta e “celebrar” que podiam fazer isso impunemente. Outro sinal da certeza da impunidade tem sido o **grande aumento – 84% – na derrubada da florestas em áreas que o governo federal deveria proteger – áreas de conservação e terras indígenas**, entre agosto de 2018 e julho de 2019. (5)

Por fim, pode-se afirmar que até hoje, “a proteção da floresta”, respeitando a autonomia e o protagonismo das comunidades que dela dependem, nunca foi prioridade em nenhum dos governos brasileiros. A voz dos interesses do grande capital e dos grandes fazendeiros sempre falou mais alto nos gabinetes presidenciais. O que existe hoje em termos de territórios indígenas, quilombolas e reservas extrativistas regularizadas para que sejam de usufruto coletivo dos povos e comunidades que dependem da floresta foi resultado de muita luta, organização, mobilização e pressão desses povos e comunidades.

As supostas ameaças

Já no auge dos incêndios, Bolsonaro, sem apresentar provas, começou a sugerir que, **além de indígenas, ONGs estavam por trás disso**: “(...) nós tiramos dinheiro de ONGs, repasses de fora, 40% ia para ONGs, não tem mais. De modo que esse pessoal está sentindo a falta de dinheiro. Pode estar havendo, não estou afirmando, a ação criminosa desses ‘ongueiros’ para chamar a atenção contra minha pessoa, contra o governo do Brasil”. (6) Os “repasses de fora” são os recursos do Fundo Amazônia, fornecidos pelos governos da Noruega e da Alemanha em apoio a ações para reduzir o desmatamento na região.

Em novembro de 2019, **ONGs que trabalham no estado amazônico do Pará foram alvo de uma ação policial**. Quatro voluntários da chamada Brigada de Incêndio de Alter do Chão, formada para combater o fogo na floresta, foram presos preventivamente. A acusação, a partir das insinuações do governo federal, era de que os voluntários estariam botando fogo como justificativa de um pedido de apoio estrangeiro para combater o fogo, e que teriam desviado esses recursos. (7).

O governo neofascista de Bolsonaro acusou até o ator de cinema Leonardo DiCaprio de estar financiando as ONGs investigadas. DiCaprio mantém uma fundação para apoiar a proteção da natureza, mas negou a acusação; em relação às ONGs investigadas, disse: “Embora as organizações citadas mereçam apoio, nós não as financiamos”. (8)

Enquanto Bolsonaro acusa ONGs, no Brasil está um curso um **aprofundamento do processo histórico de grilagem de terras**. Agora, os grileiros estão bem mais armados porque uma das primeiras ações do governo Bolsonaro foi assinar um **decreto facilitando a posse de até quatro armas por pessoa**. Num manifesto em apoio a uma das ONGs acusadas de incendiar a floresta, mais de 200 entidades afirmam: “Queremos que a polícia investigue e prenda os grileiros, os especuladores, as quadrilhas que invadem e roubam terras e florestas públicas, usando o fogo como estratégia para limpar a área, e não que acuse, sem provas, quem trabalha para defender a floresta”. (9) Com tudo isso, é evidente que **umentam as práticas de violência contra os povos na Amazônia**. Até setembro de 2019, o Conselho Indigenista Missionário (CIMI) havia registrado 160 casos de invasão de terras, afetando 153 territórios indígenas, a maioria na Amazônia, levando a mais assassinatos de lideranças indígenas. (10)

Uma lei aprovada este ano no estado do Pará (129/2019) vem agravando ainda mais o quadro: ela tende a **incentivar o desmatamento ilegal, facilitar a regularização de terras públicas para fins privados e permitir a validação de títulos de terras em áreas griladas**. (11) O governo federal está tomando medidas semelhantes para facilitar a regularização de terras, (12) inclusive querendo deixar impunes as madeiras invasoras de áreas protegidas. O governo também estuda medidas para facilitar a exportação de troncos de madeira nativa, atualmente proibida. (13)

As supostas soluções

Em seu discurso na abertura da Assembleia Geral da ONU, em setembro de 2019, Bolsonaro acusou as ONGs de também estar por trás de uma conspiração para “manter nossos índios como verdadeiros homens das cavernas”. Embora afirme reconhecer que “cada povo ou tribo com seu cacique” tem “sua cultura, suas tradições, seus costumes e, principalmente, sua forma de ver o mundo”, Bolsonaro parece saber o que o índio quer ao dizer também que “o índio não quer ser latifundiário pobre em cima de terras ricas”. Como solução, sugere: “Estamos prontos para, em parcerias, e agregando valor, aproveitar de forma sustentável todo nosso potencial”. Ou seja, propõe manter o **mesmo modelo econômico extrativista, mas comandado por atores nacionais**, e não por “interesses políticos e econômicos externos”. (14)

Vale ressaltar que a Fundação Nacional do Índio (FUNAI), **órgão estatal voltado a proteger os povos indígenas e demarcar suas terras, está se transformando numa agência de defesa dos interesses do agronegócio e da mineração dentro das terras indígenas**. (15) Para poder abrir as terras indígenas já demarcadas para esses fins, o

governo federal pretende mudar a constituição. Se isso ocorrer, há **4.332 pedidos de autorização para prospecção visando a possível extração de minérios em terras indígenas na Amazônia brasileira que podem ser liberados**, lembrando que o setor mineração é dominado, em nível mundial, por empresas transnacionais, não brasileiras. (16)

Sobre a preservação da floresta para conter a destruição, o governo não para de repetir que o Brasil é um exemplo de preservação, mesmo tendo **batido, em 2019, o recorde de desmatamento da última década**. Por isso, às vésperas da conferência do clima da ONU, em 2019, o Ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles, disse: “No mínimo, teríamos direito a uns 10 bilhões de dólares por ano”. É esse valor que o governo quer cobrar dos chamados países ricos por supostamente ter tomado medidas para manter a floresta como armazém de carbono. (17) Em relação às críticas sobre o aumento no desmatamento, Salles prometeu uma “nova estratégia”, (18) mas até hoje não se sabe qual seria.

A conclusão é que, enquanto Bolsonaro afirma que “a proteção da floresta é nosso dever”, **a prática é outra, completamente distinta**. Basta lembrar que, ao formar seu governo, ele quis primeiro acabar de vez com o Ministério do Meio ambiente. E quando teve que voltar atrás, após fortes pressões, fez cortes profundos no orçamento do ministério, reduzindo sua capacidade para controlar o desmatamento. Um decreto de março de 2019, por exemplo, cortou 187 milhões de reais (mais de 45 milhões de dólares) do orçamento. (19)

O objetivo é claro: **abrir a Amazônia brasileira o mais rápido possível à extração e à destruição, e “integrar” os povos indígenas e não indígenas na sociedade de consumo** para que deixem suas economias de subsistência que dependem da floresta e possam servir como mão de obra barata em obras e projetos que querem implementar.

Resistências

O neofascismo na floresta não ocorre só no Brasil; ele também ameaça povos em outros países que têm florestas tropicais, por exemplo, o que acontece em Papua, na Índia e nas Filipinas. Mas também há **muitas resistências**, e é com elas que queremos terminar este relato. Seguem alguns trechos da resposta da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB) ao discurso de Bolsonaro na ONU, em setembro de 2019:

“Bolsonaro se denuncia ele próprio, como uma vergonha para o Brasil, ao demonstrar sérias carências na compreensão da geopolítica, da história e da realidade sociocultural de seu país, ao querer batalhar, por vezes até com inimigos imaginários, e fazer afirmações acusatórias, infundadas, imprecisas, demagógicas, mentirosas, mais do que falaciosas, (...) principalmente contra nós, povos originários, que nada devemos a ele, a sua prole, e às elites que se apossaram até os dias de hoje por meio de práticas, isso sim, colonialistas, arrasadoras e genocidas dos nossos territórios e os bens naturais que viemos protegendo milenarmente. Ao contrário, a dívida histórica e social do Brasil para conosco continua impagável. Não por isso negamos a nossa brasilidade, e é exatamente por isso que reivindicamos respeito ao nosso direito de sermos parte deste país, assegurando a base da nossa existência – os nossos territórios, o pouco que nos sobrou – a nossa diversidade étnica e cultural, os nossos modos de vida, a nossa visão de mundo. (...)

Bolsonaro sabe que seus discursos de ódio e a sua vontade de legalizar práticas criminosas, como o garimpo, além de escancarar a abertura das áreas protegidas (terras indígenas, territórios quilombolas e de comunidades tradicionais e unidades de

conservação) para invasores de toda espécie e à expansão do agronegócio e dos grandes empreendimentos, foram combustível para acender, em proporções nunca vistas na história recente do Brasil, o fogo, principalmente contra os biomas Amazônia e Cerrado. Mesmo assim, ele afirma descaradamente, em seu discurso, que a Amazônia permanece praticamente intocada e que tem “compromisso solene” com ela. (...)

Às nossas bases, organizações e movimentos sociais aliados, chamamos para que não se intimidem e jamais recuem na defesa de seus direitos fundamentais, principalmente os nossos direitos à vida, às terras e territórios que tradicionalmente ocupamos.” (20)

Por fim, resta saber como se posicionarão os governos dos países com fortes interesses nas “riquezas” da Amazônia, principalmente Estados Unidos, Canadá, países da Europa, Japão e China, incluindo, também, o interesse nos créditos de carbono da floresta amazônica para, de forma enganosa, dizer que isso compensaria sua poluição. Porque não é apenas o governo brasileiro que cria uma cortina de fumaça; também o fazem muitos governos quando se mostram preocupados com os incêndios florestais ou as políticas de Bolsonaro. Sabe-se que, antes de mais nada, **eles buscam nas suas relações exteriores beneficiar suas próprias multinacionais e seus interesses econômicos.**

Assim sendo, não teria chegado a hora de olhar com mais atenção para o que está por trás das cortinas de fumaça que os governos neofascistas criam e, em seguida, buscar **construir alianças mais fortes e sólidas para combater o ódio, a violência e a destruição florestal que está arrasando a Amazônia e muitas outras florestas e suas populações no mundo?**

Secretariado do WRM, wrm@wrm.org.uy

(1) AF. Checamos o pronunciamento de Bolsonaro sobre os incêndios na Amazônia; agosto de 2019, <https://aosfatos.org/noticias/checemos-o-pronunciamento-de-bolsonaro-sobre-os-incendios-na-amazonia/>

(2) O Grupo dos Sete (G7) inclui os países mais industrializados do mundo e é composto por Alemanha, Canadá, Estados Unidos, França, Itália, Japão e Reino Unido, embora a União Europeia também esteja representada: <https://www.dw.com/pt-br/brasil-decide-rejeitar-ajuda-financeira-do-g7-para-a-amaz%C3%B4nia/a-50178005>

(3) Por exemplo, o projeto do bilionário norte-americano Daniel Ludwig; leia mais no artigo do Boletim do WRM de novembro 2018: <https://wrm.org.uy/pt/artigos-do-boletim-do-wrm/secao1/fsc-e-rspo-parceiros-no-crime-a-questao-fundiaria-da-jari-florestal-e-da-agropalma-na-amazonia-brasileira/>

(4) Sobre o CAR, leia mais aqui: <https://www.socioambiental.org/pt-br/noticias-socioambientais/tentativa-de-regularizar-terras-com-car-causa-polemica>. Grilagem é uma apropriação ilegal de terras por parte de latifundiários e empresas para diversos fins na Amazônia, levando a mais destruição florestal.

(5) Estadão Sustentabilidade. Desmate em unidades federais protegidas sobre 84% e supera média de toda Amazônia; novembro de 2019: <https://sustentabilidade.estadao.com.br/noticias/geral/desmate-em-unidades-protegidas-sobe-84-e-supera-media-de-toda-a-amazonia,70003098146>

(6) UOL. Sem Prova, Bolsonaro acusa ONGs de estarem por trás de queimada na Amazônia; agosto de 2019: <https://noticias.uol.com.br/meio-ambiente/ultimas-noticias/redacao/2019/08/21/bolsonaro-diz-que-ongs-podem-estar-por-tras-de-queimadas-na-amazonia.htm>

(7) Revista fórum. Polícia do Pará persegue ONGs sob acusação de incendiar Amazônia; novembro de 2019: <https://revistaforum.com.br/brasil/policia-do-para-persegue-ongs-sob-acusacao-de-incendiar-amazonia/>

(8) El País. Leonardo DiCaprio rebate Bolsonaro e nega ter financiado ONGs investigadas, novembro de 2019: https://brasil.elpais.com/brasil/2019/11/30/politica/1575131361_384198.html

- (9) ClimaInfo. Manifesto de apoio ao Projeto Saúde Alegria reúne mais de 100 organizações; novembro de 2019: <http://climainfo.org.br/2019/11/28/manifesto-de-apoio-ao-projeto-saude-alegria-reune-mais-de-100-organizacoes/>
- (10) Pública. Práticas de violência se multiplicaram em 2019; outubro de 2019: <https://apublica.org/2019/10/praticas-de-violencia-se-multiplicaram-em-2019-diz-coordenador-do-cimi/>
- (11) Brasil de Fato. Nova lei de terras do Pará permite “requestrar” títulos podres e favorece grileiros; junho de 2019: <https://www.brasildefato.com.br/2019/06/26/nova-lei-de-terras-do-para-permite-requestrar-titulos-podres-e-favorece-grileiros/>
- (12) Confirma Notícia. MP que regulariza propriedades rurais incentiva grilagem, dizem especialistas; dezembro de 2019: <https://www.confirmanoticia.com.br/mp-que-regulariza-propriedades-rurais-incentiva-grilagem-dizem-especialistas/>
- (13) Revista Fórum. Bolsonaro quer liberar exportação “in natura” de madeira da Amazônia; novembro de 2019: <https://revistaforum.com.br/politica/bolsonaro/bolsonaro-quer-liberar-exportacao-in-natura-de-madeira-da-amazonia/>
- (14) El País. O discurso de Bolsonaro na ONU, analisado e confrontado com dados; setembro de 2019: https://brasil.elpais.com/brasil/2019/09/24/politica/1569340250_255091.html
- (15) Pública. Funai pode ser mediadora de mineração em terra indígena; setembro de 2019: <https://apublica.org/2019/09/funai-pode-ser-mediadora-de-mineracao-em-terra-indigena/>
- (16) Repórter Brasil. Projeto de governo de ampliar mineração ameaça 30% das terras indígenas do país; outubro de 2019: <https://reporterbrasil.org.br/2019/10/projeto-do-governo-de-ampliar-mineracao-ameaca-30-das-terras-indigenas-do-pais/>
- (17) Money Report. Brasil cobrará US10 bilhões anuais a países ricos, diz Salles; novembro de 2019: <https://www.moneyreport.com.br/economia/brasil-pedira-us-10-bilhoes-anuais-a-paises-ricos-diz-salles/>
- (18) R7. Ministro diz que apresentará plano para prevenção da Amazônia; Agosto 2019: <https://noticias.r7.com/brasil/ministro-diz-que-apresentara-plano-para-preservacao-da-amazonia-11082019>
- (19)** Brasil de Fato. Bolsonaro corta 95% do orçamento das ações destinadas a combater mudanças climáticas; maio 2019: <https://www.brasildefato.com.br/2019/05/03/bolsonaro-corta-95-do-orcamento-das-aco-es-destinadas-a-combater-mudancas-climaticas/>
- (20)** **APIB. Repúdio contra o discurso anti-indígena de Bolsonaro na Assembleia Geral da ONU, setembro 2019:** <http://apib.info/2019/09/26/repudio-contra-o-discurso-anti-indigena-de-jair-bolsonaro-na-assembleia-geral-da-onu/>

Portucel em Moçambique: a realidade por trás do discurso de “plantações sustentáveis”



As comunidades em Moçambique, na província da Zambézia, particularmente nos distritos de Ile, Namarroi e Mulevala, vivem em torno de uso e aproveitamento de terra de forma sustentável durante centenas de anos. Este sistema permitiu práticas e processos que por sua vez mantiveram relações pacíficas e funcionais entre as comunidades e o ambiente.

Moçambique vive actualmente os dilemas de um modelo de desenvolvimento baseado na extração de recursos. **A terra é convertida num activo ao serviço do capitalismo, sendo expropriadas da população local**, sem nenhuma compensação justa. No que se refere às plantações florestais, de 2000 até à data foram concedidos mais de **600 mil hectares de terra para produção de eucalipto e pinheiro (pinho) nas províncias de Niassa, Nampula, Zambézia e Manica, os quais são controlados maioritariamente, por duas grandes empresas: a Portucel** (controlada pela empresa The Navigator Company da Portugal) e a **Lúrio Green Resources** (controlada pela empresa Green Resources).

O governo de Moçambique assumiu em 2013 o compromisso de concessionar cerca de 3 milhões de hectares de terra para empresas que promovem plantações de monoculturas de árvores em Niassa, com o objectivo de converter o país no **segundo maior produtor de celulose na África**, depois da vizinha África do Sul. É evidente que o investimento em plantações florestais é prioritário para o Governo de Moçambique, independentemente dos seus impactos. Tais concessões têm levado a convulsões sociais nas regiões onde os projectos têm lugar, reassentamentos compulsivos, insegurança alimentar localizada, como resultado da redução das áreas de cultivo.

Mesmo assim, durante o encontro anual de 2019 da Plataforma de Plantações de Nova Geração (PNG), iniciativa criada pela ONG conservacionista Fundo Mundial pela Natureza (WWF por sua sigla em inglês) com o objetivo de promover a expansão industrial de monoculturas, **a Portucel se referiu a estas plantações como um conjunto de “plantações sustentáveis que sustentam a prosperidade rural, numa abordagem inclusiva e compartilhada.”** Este chamado “desenvolvimento sustentável florestal da África”, no entanto, contraria a si mesmo devido à realidade no campo.

A luta contra a invasão das machambas

A organização MISSÃO TABITA recebeu a informação nos dias 14 de Julho de 2018 sobre um conflito entre a empresa Portucel e as comunidades de Mugulama, área de Nanretete, Distrito de Ile. Um membro e residente da comunidade de Nanretete disse que “os técnicos da empresa Portucel chegaram a Nanretete a fim de informar a comunidade o **mapeamento de cemitérios**. Os representantes da empresa colocaram a comunidade as seguintes questões: Onde se enterram os restos mortais de pessoas e qual é o procedimento de registro de cemitérios?” O cenário aconteceu sem **nenhum termo de consentimento das comunidades locais na localidade**. Um dos membros, indignado, disse “o que é isto? Se o cemitério é um local sagrado onde estão os defuntos e terminal da nossa vida?” Enquanto colocava a questão, o líder da comunidade e o técnico da empresa presente mandaram para entrarem no cemitério para tirar fotos. A reacção da comunidade foi tão alto e até que queriam espancar o técnico contestando o acto e atitude da empresa.

A MISSÃO TABITA viu que o manifesto iniciou apenas na comunidades de Nanretete e continuou com as comunidade de Namacubo, Intiticoni, Naume, Mualua e Napua, que apresentaram para nós outras questões: **ameaças de pessoas duvidosas a mão armada, comunicação da Portucel por manifestarem acordos mal celebrados com as comunidades**.

As comunidades por onde passamos também **pediram apoio na luta contra a invasão das machambas – palavra usada para denominar as roças de produção de alimentos em Moçambique** - , pela empresa. Isso despertou mais atenção das comunidades porque a agricultura é a base de sobrevivência das comunidades. Fomos também ter com o chefe da localidade Neves, onde tivemos mínimas informações sobre o objectivo da empresa que é de expansão das plantações de eucalipto. Afirmou assim que recebeu no seu gabinete a equipa da empresa muitas vezes a **pressionar lhe a entrada da empresa para outras zonas**. Como ele mostrava resistência, procuraram uma forma de lhe corromper num valor que não nos revelou e explicaram que primeiro iam fazer o mapeamento dos locais sagrados para evitar a destruição das mesmas.

Construção de pequenas barragens pela empresa Portucel sobre os rios que atravessam nas comunidades

Em Julho de 2019 a MISSÃO TABITA recebeu alerta nas comunidades sobre a construção de **pequenas barragens sobre os rios que atravessa nas comunidades**. Um dos membros afectado pelo incidente falou, “Vimos de repente um grupo a medir machambas com garantia de segurar a terra dos camponeses e aceitamos porque se defendiam que em caso vir uma empresa apoderar nossa terras exibirmos os documentos denominados DUAT (Direito do Uso e Aproveitamento da Terra). Deram nos senhas e apelaram a boa conservação. Dias depois vieram brancos juntos com o chefe do posto administrativo de Ile sede e os técnico da agricultura num encontro convocado pelo líder local. **Na reunião não pediram opinião da comunidade**, só afirmaram que querem construir uma barragem na comunidade de Hamela sobre o rio Nakope, dentro do meu terreno para irrigação de hortícolas para beneficiar a comunidade, afectando assim 34 famílias. Na reunião falaram que os que vão ser afectados vão sair das suas terras e não falaram qual será o nosso destino. Agora eu sou órfão de pai e mãe, tenho crianças a cuidar, não estou satisfeito porque não sei por onde vou. Não gostaria deixar meus antepassado ir viver numa vida de

suspeita ou duvidosa, não só podem me deixar num terreno que não produz nada, enquanto que eu vivo através das machambas a terra é que me sustenta.”

A Portucel, conhecendo da sua artimanha, entrou em parceria com a Associação Rural de Ajuda Mutua (ORAM) que se dedica à delimitação de terra. Foi o que delimitou a área onde se propõe a construção alegando que é para irrigação dos produtos agrícolas. Os nossos entrevistados limitaram-se de ORAM não sabendo que a manobra é feita pela empresa Portucel.

O processo de acesso à terra e os direitos das comunidades locais

O processo de atribuição de Direito e Uso Aproveitamento de Terra (DUAT) à Portucel não é de domínio público, pelo fato de que não é conhecida a conformidade legal desse processo e é preciso ter em conta que parte significativa das terras em causa - os respectivos titulares dos DUATs - eram as comunidades locais. Nas áreas onde a Portucel se instalou, a agricultura é a principal actividade de subsistência e de geração de rendimentos da população local envolvendo praticamente todos os agregados familiares. A agricultura é praticada manualmente em pequenas explorações familiares em regime de consociação de culturas com base em variedades locais.

A Portucel Moçambique **conta com financiamento da International Finance Corporation (IFC), braço privado do Grupo Banco Mundial**, orçado em cerca de 2,3 mil milhões de dólares para o estabelecimento de plantações de eucaliptos para produção industrial de pasta de papel e de energia em Moçambique. Segundo o proponente, Moçambique foi a escolha para a implementação deste projecto dada a forte afinidade cultural e a sua posição geográfica estratégica privilegiada em relação aos mercados asiáticos. De acordo com a informação do projecto, disponível nos Relatórios de Avaliação do Impacto Ambiental, a instalação das plantações de eucalipto nas Províncias da Zambézia e Manica será feita de forma gradual. Na Província da Zambézia estima-se a plantação de 2000 hectares no primeiro ano, aumentando gradualmente até atingir uma área de cerca de 120 mil hectares de eucaliptos ao fim de 12 anos e na Província de Manica estima-se a plantação de 1500 hectares no primeiro ano e o mesmo aumento gradual até atingir cerca de 126 mil hectares, ao fim de 12 anos.

Vários membros comunitários referiram **sentir-se pressionados a aceitar a entrada da Portucel e a consequente cedência de terra por pressão de lideranças locais**, contudo não sabem dizer se a Portucel terá conhecimento disso. De acordo com os entrevistados, a Portucel Moçambique aliciou as comunidades a ceder as suas machambas à empresa com **promessas de emprego e formação técnica**. No entanto, queixaram-se que os empregos prometidos eram **precários, de pouca duração** e que o valor recebido variava entre 80 a 100 Mts por dia (entre 1.25 a 1.50 dólares). Também não são de domínio público os critérios de compensação posto em prática a favor das comunidades cujos direitos sobre a terra passaram para a titularidade da Portucel.

“Lamentamos muito porque não vimos o que prometeram as pessoas; as pessoas que trabalham não demoram [trabalhando na empresa], trabalham poucos dias por esse motivo não estamos satisfeitos com a Portucel,” desabafo de um dos membros da comunidade do Posto Administrativo Socone-sede.

Todos estes cenários verificados contrariam o que foi publicamente assumido pela empresa Portucel no seu documento sobre o procedimento de acesso a terra, ao referir que “Caso as comunidades e famílias não estejam interessadas no projecto da Portucel Moçambique, a empresa procura uma outra área alternativa, sendo rigorosamente rejeitado qualquer acto de pressão ou coacção por parte dos seus colaboradores”.

Segundo os membros comunitários entrevistados, a negociação para cedência de terra comunitária é feita individualmente, onde a empresa negocia directamente com o proprietário de modo a que pela sua machamba, incluindo o trabalho de limpeza da mesma, que é efectuada pelo proprietário da mesma e familiares contratados que recebem cerca de 1500 Mts (cerca de 24 dólares).

“No início disseram quem quer trabalhar entrega a sua machamba, e lá não fizemos muito tempo, eu entreguei dois hectares e meio trabalhamos só um mês porque para destrancar levamos um mês completo e deram-nos mil e quinhentos meticais (1500 Mts) por cada pessoa por trabalho. Não recebi dinheiro por machamba, mas sim pelo trabalho que fizemos na minha própria machamba. E agora é só ficar parado, até o próprio líder entregou sua machamba e assim está sentado em casa. Na minha machamba eu produzia milho, feijão jogo, feijão bóer e mandioca, para sustentar minha família. Tenho seis filhos e fico também com minha sogra e mulher,” falou um membro da comunidade.

As questões levantadas pelas comunidades têm sido até então justificadas pela empresa como sendo em grande medida derivadas da falta de informação e de comunicação entre a empresa e as comunidades. A MISSÃO TABITA acredita que esta análise seja **uma grosseira simplificação das preocupações das comunidades, considerando que muitos simplesmente não estão interessados em ver o seu modo de vida alterado, não querem viver rodeados de eucaliptos e têm alguma noção dos impactos negativos que este tipo de plantação terá nas suas machambas em termos de disponibilidade de água, uso de agro-tóxicos, etc.**

Apesar de a empresa estar ainda no processo inicial de estabelecimento já existem **conflitos de terra** e o governo moçambicano deve atender urgentemente a esta situação com especial atenção pois constitui um perigo a sobrevivência das comunidades rurais em especial do distrito de Ile, Namarroi e Mulevala. Grande parte dos membros comunitários contactados **não tem conhecimento mínimo sobre o projecto**, sobre a área a ser utilizada pelo projecto, os potenciais impactos sociais e ambientais, pormenores sobre o tipo e o número de empregos prometidos, tão pouco sabem que tipos de mudança podem esperar nas suas formas de vida. A insatisfação é visível, devido às **elevadas expectativas criadas pelas inúmeras promessas** efectuadas na consulta comunitária. Os membros do governo estão sendo tentado e pescado pela empresa através do dinheiro estando assim a favor da empresa.

A nossa luta deve ser constante na defesa do meio ambiente e preservação das fontes das águas o principal alimento para o ser humano. Porque a privatização das fontes de água em todo mundo é um crescente problema. A água é um direito humano básico e embora a gestão da água seja do interesse público e necessário, este recurso vital não deve estar sujeito a propriedade.

**Quando nasce uma barragem o rio morre!
A água é vida!**

Zambézia, Outubro 2019

Rodrigues Bicicleta, Eugénio Oloda Muhelele e Victorino Bernardo
MISSÃO TABITA, Mozambique

Uma Organização que busca a justiça social, os direitos humanos e promover o direito de aproveitamento de terra nas comunidades. A organização trabalha em parceria com a organização Justiça Ambiental! sobre as comunidades que perderam seus direitos e que estão afectadas pelas grandes plantações de monocultura de Eucalipto em Moçambique.

Índia: mulheres, Bens Comuns e patriarcado



Índia. Foto: SAMVAD

Os Bens Comuns são a base dos meios de subsistência de grande parte da população da Índia e determinam seus ritmos de vida, principalmente para quem vive à margem da economia capitalista dominante. As pessoas que dependem desses Bens Comuns representam uma parte importante da população indiana, e a maioria delas depende das florestas e da pequena agricultura. Os planejadores de desenvolvimento buscam atrair essas pessoas para a economia moderna, para que elas possam obter benefícios econômicos. Porém, eles prestam pouca atenção ao fato de que **os Bens Comuns representam um modo de vida e que os processos de desenvolvimento ameaçam a quem depende da natureza e de seus modos de vida entrelaçados, por exemplo, com as florestas**, ao presumir que os Bens Comuns e seus habitantes precisam de uma mudança de paradigma em direção a um modo de vida mais “civilizado”. Incorporadas aos Bens Comuns – florestas inerentemente diversas, campos, corpos d’água, etc. – estão as múltiplas tradições que permanecem vivas e sustentam a si e às vidas ao seu redor com base em uma reciprocidade simbiótica de nutrir e repor, e em conhecimentos e práticas que vêm evoluindo por meio do ser e do fazer ao longo dos séculos.

As mulheres estão no centro dessas comunidades que praticam e cuidam dos Bens Comuns. Essas práticas surgem de uma tradição de dar e receber e, por sua vez, da criação de “abundância”.

Algumas feministas defendem que, como são as mulheres que dão à luz, a condição de cuidadoras lhes é dada “naturalmente”. Outras feministas, pelo contrário, consideram que

esses papéis são socialmente construídos. O grau de reconhecimento e o foco dado às mulheres e suas contribuições ao cuidado das sociedades têm variado entre regiões e culturas, mas têm sido cada vez mais diminuídos e subjugados pela **estrutura socioeconômica capitalista, patriarcal e hierárquica da sociedade, caracterizada pelo controle opressivo da mão de obra e pela dominação da natureza e do trabalho das mulheres.**

Segundo o atual paradigma dominante, o trabalho das mulheres em casa ou nos campos, na floresta, criando animais ou forrageando em busca de combustível, comida, água ou pasto não é considerado “trabalho”, e tampouco é remunerado ou respeitado. Os direitos das mulheres à terra e aos meios de subsistência são sempre os mais inseguros. **A violência desenfreada contra as mulheres nas sociedades é uma expressão da dominação e do controle do trabalho delas e de suas capacidades, bem como da dominação da natureza** que vem combinada com tecnologias para esse fim: mineração, exploração madeireira, pesca de arrasto, etc. (1)

Na Índia, pastores e criadores de animais, muitas vezes nômades, constituem uma parte importante da população. Eles forragearam, caçaram e coletaram nas áreas florestais e tiveram séculos de aprendizado para desenvolver um “modo de vida” que harmoniza suas necessidades com as da natureza, da qual eles se sentem parte. Várias dessas sociedades tribais têm um histórico matrilinear (onde os descendentes são identificados através da linhagem das mães), que se acredita estar incorporado à centralidade das mulheres na manutenção de relações sinérgicas com os Bens Comuns (por exemplo, os khasis, no estado de Meghalaya, no nordeste do país, os grupos tribais do distrito de Sirmor, em Himachal Pradesh, no norte da Índia, etc.). Outras sociedades tribais, no entanto, estabeleceram padrões de sobrevivência e sustento dentro de estruturas menos igualitárias, e estão cada vez mais se voltando a rígidos modos patriarcais de governança.

Histórias contadas por elas: ciclos e abundância

O conhecimento e as histórias, as vidas e os ciclos sazonais das comunidades pastorais e dos povos indígenas vêm sendo cada vez mais documentados. Contudo, grande parte dessa documentação tem se **baseado nas histórias contadas por homens e informadas por uma mentalidade patriarcal e capitalista.** Isso fez com que certas atividades e processos se sobrepujassem a outras, gerou a captura de experiências que retratam e enfatizam aspectos específicos da economia e dos relacionamentos nela incorporados, o destaque a valores específicos que criam imagens de um determinado estilo de vida e enfatizam certas escolhas em detrimento de outras – uma tentativa de validar a legitimidade de um mundo baseado na ganância em detrimento da necessidade, a dominação e a competitividade como atributos naturais. Enquanto isso, **aquelas histórias que são o alicerce de muitas comunidades, mas não servem ao propósito da acumulação nos modos de produção capitalistas, têm sido ignoradas.**

Tentativas mais recentes de documentar as histórias dessas comunidades do ponto de vista das mulheres ilustram as nuances de sua existência. Elas destacam experiências de comunidades que sustentam suas vidas e seus meios de subsistência a partir de modos simples, mas entrelaçados, de estar com a natureza. São principalmente narrativas e análises oriundas de lugares onde há expulsão ou crise climática, das lutas contra os ataques do desenvolvimento destrutivo e da industrialização agressiva etc. Em todas elas, invariavelmente, há experiências de mulheres que trazem à tona a nuance, as expressões

que informam os protestos, e os corpos das mulheres que acabam se posicionando na vanguarda da resistência. E assim, elas também são os alvos fáceis do poder agressivo masculino dos empreendedores capitalistas da indústria, trabalhando em aliança com o Estado.

Os Bens Comuns, na condição de espaço e ao longo do tempo, como “cultura” e “estilo de vida”, têm sido parte das formas de fazer, conhecer e ser das mulheres que dependem deles. O espaço desses Bens define e é definido por um infinito entrelaçamento de sua existência como entidades incorporadas a esses domínios, atribuído pelo ritmo da natureza. Seu ritmo e suas nuances são mais bem desvendados a partir das histórias e tradições orais. Por exemplo, o aparecimento de novas folhas em uma determinada espécie de planta que indica que poderá haver uma boa monção – vento típico do Sudeste Asiático -, um pássaro ou o florescimento de uma mangueira. **As economias dos Bens Comuns a partir da perspectiva de gênero representam um ciclo diário de equilíbrio entre necessidades de sobrevivência e cuidados, com processos de abundância e escassez.** O que se retira dos Bens Comuns segue a necessidade de reposição para manter um equilíbrio baseado em ciclos e estações do ano. O jhuming (cultivo itinerante) e o nomadismo têm seguido esse ritmo no espaço e no tempo.

Enquanto várias economias procuram redescobrir ou reimaginar os Bens Comuns como um modo de vida, muitas sociedades em diversas regiões do Sul global conseguiram até agora sustentar uma vida baseada neles – como um conjunto de princípios e ritmos definidos contextualmente, mas também universais em suas raízes ideológicas de compartilhamento e abundância.

Trabalho, Mão de obra e Produção

Apesar das importantes mudanças atuais nas sociedades tribais sob a influência da economia dominante opressiva, ainda existe o reconhecimento dos direitos das mulheres aos bens comuns da comunidade. No entanto, seus direitos estão sendo restringidos no campo dos direitos à terra de cada família - - um sistema que surgiu das práticas de pessoas que não dependem dos Bens Comuns, incorporando noções de propriedade privada.

Embora as mulheres continuem sendo as maiores detentoras de conhecimentos em relação a alimentos, ervas e práticas de cura, conscientes e capazes de forragear, coletar, colher e fazer outros trabalhos baseados em um legado de habilidades e conhecimentos adquiridos, a maior parte desse trabalho é invisibilizada e carece de reconhecimento. Esse trabalho se tornou um fardo para as mulheres quando **surgiu a classificação do trabalho: o trabalho com valor de subsistência** (atribuído às mulheres, que o fazem com base na convicção de seu valor) **se separou do trabalho com valor econômico** (atribuído primeiro e principalmente aos homens, que aspiram a obter ganhos econômicos através do trabalho assalariado ou outras formas de trabalho vinculados ao mercado). A partir dessa classificação, **foram criadas hierarquias, remunerando-se o trabalho de valor econômico** que, conseqüentemente, tem atribuído a si um valor mais alto.

O sistema de mão de obra (trabalho com valor econômico) é invariavelmente executado para alguém “de fora” – um contratante ou uma pessoa local com vínculos com o mundo externo aos Bens Comuns – por motivos outros que não a subsistência ou o sustento. A probabilidade de os homens serem atraídos para o sistema de trabalho com valor

econômico é maior porque eles estão menos incorporados ao trabalho relacionado aos seus Bens Comuns e ao cuidado dessa filosofia. **Os homens também começaram a dominar os espaços de tomada de decisões e formulação de regras que determinam os termos de envolvimento entre si e com o mundo outro/externo do mercado (de mão de obra).** Como resultado, muitas dessas sociedades têm tendido a adotar e reforçar práticas e culturas dominantes, incluindo ideais patriarcais.

Debates sobre a necessidade de reconhecer o trabalho das mulheres como mão de obra compensando-o através de medidas financeiras encontraram ressonância na Índia entre alguns formuladores de políticas e feministas liberais ocidentais. Embora possa parecer um objetivo altruísta, na verdade, isso diminui a dignidade desse trabalho, pois reduziria o trabalho de cuidado das mulheres a uma ocupação que deve receber um salário, e o resumiria a isso. **O ato de compartilhar, sustentar e cuidar dos Bens Comuns para a geração de abundância é negado ao ser considerado apenas como uma mercadoria a ser remunerada.** Mas, como não é compartilhada, essa função fica confinada ao domínio das mulheres e ignora a estrutura social e cultural contida nela.

O “trabalho” dos Bens Comuns Feministas

Ao administrar os alimentos para a família, por exemplo, as mulheres tomariam decisões discretas sobre o que e quanto coletar. Elas provavelmente optariam pelos recursos mais abundantes, pois estes provavelmente serão repostos de forma mais rápida e fácil, diferentemente de ervas, tubérculos, raízes ou súberes (cascas internas) que seriam úteis como alimentos de crise, em tempos de doenças ou se a abundância estiver em risco. **Essas escolhas discretas raramente são reconhecidas ou compreendidas por seu papel na manutenção de um equilíbrio no uso e na reposição dentro dos ciclos da natureza** e, portanto, não entrariam na previsão de necessidades alimentares ou na gestão de crises.

No entanto, muitas vezes encontramos planejadores, burocratas e funcionários de programas estatais e de assistência dedicados a implementar uma determinada cartilha que define pagamentos e pacotes de desenvolvimento, lamentando que as comunidades pareçam não exercer uma abordagem baseada em planejamento para lidar com seus problemas e nem economizar para tempos de crise.

Uma perspectiva feminista sobre os Bens Comuns revelaria que o fato de estarem incorporados aos ciclos e ritmos da natureza faz com que a compulsão de acumular seja contraditória com os princípios do compartilhamento e do cuidado. **Esse receber da abundância também é uma função de garantir que as necessidades (e não os desejos ou a ganância) definam a proporção da extração**, a fim de permitir que outros e eles próprios dependam da disponibilidade em ocasiões futuras. **Essas comunidades se abstiveram de uma cultura de acumulação, já que a abundância e a escassez não informam suas necessidades.** A simplicidade das necessidades é entretida para formar uma fina textura de relações de recebimento e reciprocidade, com o objetivo de impedir que surja a necessidade de acumulação e o conflito. E, se isso acontecer, também existem normas para sua reparação, que se sabe que muitas comunidades adotam.

O problema, então, não reside em sua falta de vontade de acumular, mas nos processos que ameaçam a sustentação da abundância da qual elas dependem. O “trabalho” visto através de uma lente feminista dos Bens Comuns precisa incorporar as

ações e os processos realizados em um contexto de abundância da natureza e processos de produção compartilhados para **beneficiar todo o domínio do bem-estar**. O exercício da mão de obra, por outro lado, é uma coerção derivada do sentido da escassez, que obriga os indivíduos a buscar retornos econômicos para si mesmos, independentemente de como essas tarefas possam afetar a natureza e outros seres.

O trabalho visto como exercício de mão de obra, portanto, ignora os processos enraizados em contextos sociais e culturais complexos. Ele invisibiliza a trabalhadora, bem como a relevância social e a marca ecológica desse trabalho. Os movimentos de mulheres lutam pelo reconhecimento desse trabalho, mas **não como “trabalho de mulheres” e sim como trabalho fundamental para o bem-estar das sociedades.** As feministas também se esforçam para compartilhar esse trabalho, bem como as recompensas – sejam elas econômicas ou nas relações geradas por esse trabalho. Se ele for compartilhado, **homens e mulheres poderão contribuir de maneira mais holística para a construção de Bens Comuns e sociedades que cuidam.**

Este é um resumo do artigo:

“Women’s Work is Work: A Feminist Perspective on the Commons as Process”, Soma KP e Richa Audichaya, Índia.

http://boellblog.org/wp-content/uploads/2013/10/KP_Soma.pdf

(1) *“O patriarcado é um sistema social no qual os homens detêm o poder fundamental e predominam em papéis de liderança política, autoridade moral, privilégio social e controle dos direitos de propriedade. Os ideais patriarcais atuam para explicar e justificar esse domínio e atribuí-lo às diferenças “naturais” inerentes entre homens e mulheres.*

Blockchain e contratos inteligentes: as mais recentes tentativas do capital de se apropriar da vida na Terra



Foto: Earth Bank of Codes

Os dois significados de “biopirataria”

Além da preservação e do uso sustentável da biodiversidade, a “repartição justa e equitativa dos benefícios provenientes da utilização dos recursos genéticos” (1) é um dos principais

objetivos da Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB). Criada na Cúpula da Terra, no Rio de Janeiro, em 1992, a Convenção foi celebrada como uma vitória dos países megadiversos do Sul, por ser o primeiro tratado internacional a reconhecer o direito soberano que essas nações têm de explorar esses recursos. Atores estrangeiros interessados em acessar recursos genéticos teriam que obter permissão dos governos de cada país. Os benefícios do uso comercial deveriam ser compartilhados com o país e com comunidades locais e povos indígenas que possuíssem conhecimento tradicional sobre esses recursos.

Naquela época, **a monopolização dos recursos genéticos por meio da propriedade intelectual (denominada patentes), principalmente por parte de empresas farmacêuticas, era cada vez mais vista como uma ameaça pelas comunidades florestais da Amazônia.** Talvez o caso mais emblemático nesse contexto tenha sido o da patente norte-americana 5751P, que concedeu a um cidadão dos Estados Unidos, em 1986, direitos exclusivos sobre a *Banisteriopsis caapi* – uma planta endêmica da Amazônia conhecida como ayahuasca e sagrada para muitos povos indígenas da região.

Para denunciar esse tipo de **roubo dos conhecimentos tradicionais dos povos da floresta** por meio de patentes e, acima de tudo, a conversão em propriedade privada dos recursos biológicos usados coletivamente e dos saberes coletivos associados a esses recursos, a ONG Rafi (atualmente Grupo ETC) inventou, em meados de Década de 1990, o termo “**biopirataria**”, (2) inicialmente evitado nos debates da CDB por ser considerado expressão de uma “visão extrema”.

Nos anos seguintes, contudo, o termo foi sendo cada vez mais integrado àqueles debates, embora a essência de seu significado tenha mudado: a biopirataria era agora entendida como a obtenção dos direitos dos povos indígenas sobre os recursos genéticos e o conhecimento tradicional sem permissão ou partilha de benefícios. A ideia por trás do conceito – “apropriação legal” – contrasta claramente com a intenção original de grupos críticos, como o ETC. A ativista indiana Vandana Shiva chamou a atenção para essa contradição ao afirmar que o problema da biopirataria é resultado dos sistemas ocidentais de direitos de propriedade intelectual, e não da ausência de sistemas desse tipo no Sul global. (3)

Em 2010, com a intenção declarada de “impedir a biopirataria”, a CDB adotou o Protocolo de Nagoia, um acordo juridicamente vinculativo sobre Acesso e Compartilhamento de Benefícios dos recursos genéticos. Na verdade, existem inúmeros obstáculos à implementação do Protocolo. Parece impossível garantir a divulgação da origem dos recursos genéticos e a identificação dos detentores originais do conhecimento tradicional, que teriam direito à partilha dos benefícios. Além disso, **empresas farmacêuticas como Bayer ou Novartis podem obter acesso a esses recursos por vias indiretas, operando na zona nebulosa da colaboração acadêmica.** Elas também são cada vez mais capazes de produzir substâncias sintéticas em laboratório, em tese, sem acessar fisicamente o recurso genético no país de origem. Depois disso, podem afirmar, em suas solicitações de patentes, que as cópias sintéticas são “invenções” suas. (4) Os contratos “bem-sucedidos” de partilha de benefícios continuam sendo, em grande parte, ilusórios. As negociações geralmente fracassam devido a diferenças culturais, sistemas distintos de valores, problemas de comunicação e falta de confiança entre as partes.

O Banco de Códigos da Amazônia

Em janeiro de 2018, o Fórum Econômico Mundial (FEM) lançou, em sua 48ª reunião anual em Davos, a iniciativa do Banco de Códigos da Amazônia, que pretende ser **a primeira fase de um programa mais amplo de parceria do Projeto Biogenoma da Terra e do Banco de Códigos da Terra**. (5) O primeiro pretende sequenciar e catalogar todos os vegetais, animais, fungos e uma grande parte de todos os organismos unicelulares da Terra, desenvolvendo e implementando drones aéreos, terrestres e oceânicos, e novas tecnologias baratas de sequenciamento (veja a nota 1) nos próximos dez anos. O Banco de Códigos da Terra, por sua vez, está planejado como um sistema on-line que utilizará uma tecnologia chamada blockchain, que facilitaria o registro de bens globais de propriedade intelectual biológica e biomimética (copiados da natureza), bem como a origem, os direitos e as obrigações associados a eles.

Por que blockchain? Essa tecnologia permite que valores de propriedade, como dinheiro, (6) sejam transferidos “ponto a ponto” – diretamente de uma parte a outra, sem intermediários, como um banco ou um depositário legal. Como funciona? Os dados da transação são armazenados em blocos com registro de data e hora e vinculados entre si na forma de códigos e sistemas de codificação, formando uma cadeia. Cópias dessa cadeia são armazenadas em muitos dispositivos e atualizadas a cada nova transação, o que torna praticamente impossível alterar essas transações retroativamente. Os sistemas de blockchain costumam usar os chamados “contratos inteligentes” para facilitar as negociações de contratos, bem como a comercialização totalmente automatizada dos bens por meio de um portal na internet.

Muitas pessoas acreditam que essas novas tecnologias vão reestruturar o sistema econômico global nas próximas décadas. A combinação do blockchain com contratos inteligentes autoexecutáveis pode tornar obsoletos não apenas os bancos (incluindo os bancos centrais), mas também cartórios, registros de imóveis, advogados, empresas de segurança ou qualquer outro mediador ou terceiro confiável.

Então, como se espera que o Banco de Códigos da Amazônia coloque em prática essas tecnologias? Por meio do portal na internet, um comprador (por exemplo, uma empresa farmacêutica) poderia obter, rapidamente e quase sem custos de transação, direitos de propriedade intelectual sobre um recurso biológico (digamos, uma planta medicinal da Amazônia). Todos os direitos e obrigações já teriam sido codificados em um contrato inteligente, e os vendedores (por exemplo, o governo do Brasil ou um grupo de povos indígenas que detêm conhecimento tradicional sobre a planta) receberiam sua parte automaticamente, assim que o comprador obtivesse receitas de seu bem de propriedade intelectual. (7)

O Fórum Econômico Mundial afirma que seu projeto, que conta com um orçamento de 4,7 bilhões de dólares, permitirá, na próxima década, **uma “bioeconomia global incluyente” de vários trilhões de dólares** e – aplicando o Protocolo de Nagoia – garantirá a partilha justa e equitativa dos benefícios decorrentes das “inovações bioinspiradas”.

Por que a blockchain e os contratos inteligentes não são soluções, e sim parte do problema

Em um artigo recente, Larry Lohman, pesquisador da ONG The Cornerhouse, analisa o surgimento da tecnologia blockchain e dos contratos inteligentes como mais um capítulo em

um antigo processo histórico de mecanização promovido pelo capital. (8) Para Karl Marx, todos os artefatos, incluindo meios de produção, como máquinas, são trabalho humano cristalizado. No modo de produção industrial capitalista, as máquinas fazem parte do capital e instrumentalizam inversamente os trabalhadores humanos. “O instrumento do trabalho confronta o trabalhador durante o processo de trabalho, na forma de capital, de trabalho morto, que domina e drena a força de trabalho viva até secá-la.” (9) Nesse sentido, máquina para fabricar tecidos ou uma linha de montagem, parodiada por Charlie Chaplin em seu filme Tempos Modernos, é um trabalho maquinal morto que domina e explora o trabalho humano vivo.

Basicamente, o mesmo está acontecendo com a blockchain e os contratos inteligentes, mas eles substituem tipos diferentes de trabalho. “O que o contrato inteligente busca mecanizar é algo mais abrangente e complexo: confiança, direitos, identidade, reconhecimento, respeito e – em um sentido ainda mais preciso do que qualquer máquina fabril ou computador pessoal – interpretação.” (8) **No contexto capitalista, esses algoritmos de máquina (códigos de programação informática), que gostamos de considerar como nossas “ferramentas”, na verdade nos dominam e nos exploram.** Ainda achamos que estamos “usando” a Internet quando damos “like” ou “dislike” no Facebook, escrevemos uma mensagem no WhatsApp usando preenchimento automático, identificamos objetos nas imagens CAPTCHA ou adaptamos textos no Google Tradutor. Na verdade, estamos não apenas alimentando grandes bancos de dados, mas também aperfeiçoando os algoritmos que aprendem conosco. **Ainda pensamos que estamos “consumindo” serviços on-line, enquanto, na verdade, estamos fornecendo trabalho vivo não remunerado para o trabalho morto do capital.** Diferentemente do trabalho humano tradicional, como aquele da linha de montagem, esse novo trabalho não é reconhecido e, portanto, reforça o mito capitalista de um mundo totalmente automatizado, onde não é preciso trabalhar.

Partindo de Marx, Lohman conclui que “as máquinas não têm como servir ao capital sem injeções constantes e baratas do ‘sangue’ e da ‘vitalidade’ da atividade humana e não humana desprovida de qualquer regulamentação”. A expressão “atividade não humana” se refere ao trabalho vivo fornecido pela natureza ao longo de milhões de anos, como a conversão de energia solar em carvão, petróleo e gás (através do metabolismo das plantas e da pressão da terra sobre o material orgânico enterrado) ou o fornecimento de minerais e metais. No caso da blockchain, a quantidade de atividade não humana é enorme, **assim como é enorme a quantidade de energia consumida para fazer funcionar computadores, armazenar dispositivos de dados e tecnologias relacionadas. Assim, as emissões de carbono da blockchain como um todo já estão hoje no nível das de um país de tamanho médio na Europa.** (10)

A segunda lei da termodinâmica diz que a entropia total de um sistema aumentará com o tempo. O que isso significa? Em sistemas como organismos vivos ou máquinas, a saída de energia utilizável será sempre menor do que a entrada. **Para mantê-los vivos ou funcionando, é necessário que entre nova energia utilizável constantemente. É por isso que não pode existir uma máquina de movimento perpétuo.** A ideia de um mundo totalmente mecanizado se baseia precisamente no mito da máquina de movimento perpétuo e, portanto, pode ser refutada com base na segunda lei da termodinâmica: a mecanização – transformação do trabalho vivo em trabalho morto – sempre gerará consumo de mais trabalho vivo dos seres humanos e da natureza.

Além disso, a interpretação humana de sinais – que, em última análise, é o que os contratos inteligentes se esforçam para mecanizar – não pode ser reduzida a códigos de computador. Isso se deve a um paradoxo fundamental que resulta, falando de forma simplificada, do fato de que cada regra que deveria reger a interpretação correta de um sinal deve ser interpretada para que possa ser aplicada corretamente. Portanto, a regra sempre exige outra regra, levando a uma regressão infinita. (11) Isso significa que **a tentativa de mecanizar a interpretação não apenas está fadada ao fracasso, mas levará a um trabalho de interpretação cada vez maior.**

Uma onda de apropriação neocolonial nas florestas tropicais

O que ocorreu há algumas décadas na forma de transgressões ocasionais por parte de empresas, principalmente farmacêuticas, e foi denunciado como biopirataria por ativistas e ONGs de base, tornou-se **um projeto completo de apropriação global da vida pelo capital (impulsionado principalmente por empresas farmacêuticas, ONGs conservacionistas, cientistas importantes, governos do Norte etc).**

No entanto, o Banco de Códigos da Terra se baseia, em grande parte, em mitos, e o que o Fórum Econômico Mundial descreve eufemisticamente como “desafios interessantes” a ser superados pelo projeto, na verdade se trata de **contradições fundamentais e intransponíveis.**

Mesmo assim, devemos nos lembrar de que, historicamente, as ondas de exploração e violência coloniais que devastaram as florestas tropicais e seus povos foram muitas vezes preparadas e acompanhadas por construções míticas como o “Eldorado” e as “amazonas guerreiras”. Quando esses mitos se mostraram falsos, a pilhagem continuou, com outras narrativas criadas para justificá-la.

O Banco de Códigos da Amazônia provavelmente terá graves impactos sobre as florestas e as pessoas que vivem nelas. Provavelmente venha a exacerbar os impactos atuais dos projetos do tipo REDD, (12) que estão afetando as florestas tropicais: apropriação de terras, violações de direitos, êxodo rural, divisão de comunidades tradicionais, perda de conhecimento tradicional e identidade cultural. (13)

Em última análise, ele visa o que o geógrafo econômico David Harvey descreve como acumulação por espoliação: “tomar terras, por exemplo, cercá-las e expulsar a população residente para criar um proletariado sem terra, e depois liberar essa terra na corrente principal privatizada de acumulação de capital”. (15) Antigamente, o proletariado sem terra gerado dessa forma era explorado como mão de obra barata nas fábricas. Hoje, contudo, **as comunidades florestais não costumam ser expulsas diretamente por meio de projetos de conservação ou de carbono. Em vez disso, suas atividades tradicionais de subsistência são restringidas ou completamente proibidas** para maximizar o “armazenamento de carbono” ou outro “serviço ambiental” e, portanto, suas relações tradicionais com plantas, animais e seu espaço de vida como um todo são interrompidas.

Pode-se esperar que, uma vez que o Banco de Códigos da Amazônia facilite negócios “bem-sucedidos” com o que seus promotores chamam de “bens de conhecimento biológico, biomimético e tradicional”, os **benefícios financeiros reverterão principalmente para oligarquias locais ou outros indivíduos já privilegiados de alguma forma.** A maioria das pessoas da floresta impactadas, quer elas permaneçam na floresta ou se mudem para

periferias pobres, provavelmente seria transformada em usuários endividados de smartphones ou outros dispositivos on-line ou, mais precisamente, trabalhadores não remunerados da manutenção de grandes bancos de dados e Inteligência Artificial para empresas como Google e Facebook.

Devido à pressão cada vez maior, com a qual o capital promove a financeirização da natureza e a ruptura das relações humanas com ela, há uma **necessidade urgente de entender essas novas tecnologias, que são uma ameaça iminente às comunidades remanescentes que dependem das florestas e apoiar suas resistências.**

Michael F. Schmidlehner (michaelschmidlehner@gmail.com)

Núcleo de Pesquisa, Território e Política na Amazônia – TRATEPAM-IFAC

- (1) Instituições como a ONU usam a expressão “recurso biológico” para qualquer organismo vivo não humano (animal, planta, micróbio...) ou parte dele que os humanos possam usar. “Recursos genéticos” são aqueles recursos biológicos que são de interesse em termos de seus componentes genéticos (hereditários). Atualmente, podem-se extrair “informações genéticas” desses componentes por meio de uma tecnologia chamada de “sequenciamento”, e elas estão sendo cada vez mais patenteadas.
- (2) ETC Group. Patents & Biopiracy <https://www.etcgroup.org/issues/patents-biopiracy>
- (3) SHIVA, V., Biopiracy: need to change Western IPR systems, in The Hindu, 28/07/1999 <https://www.grain.org/article/entries/1882-biopiracy-and-prior-art>
- (4) TWN Info Service on Biodiversity and Traditional Knowledge, 16 de novembro de 2015, <https://www.twn.my/title2/biotk/2015/btk151101.htm>
- (5) WEF – World Economic Forum: Harnessing the Fourth Industrial Revolution for Life on Land, 23 de janeiro de 2018
- (6) A tecnologia blockchain permitiu a criação de “moedas digitais” descentralizadas, como Bitcoin e Ethereum, que podem ser transferidas através das fronteiras online de forma não burocrática, sem bancos e sem controle governamental.
- (7) Na realidade, a atual lei brasileira de compartilhamento de benefícios desconsidera, em grande parte, os direitos dos povos indígenas nessas “negociações”. Ela limita o compartilhamento de benefícios a algo entre 0,1% e 1% da receita líquida anual obtida com a exploração econômica do produto desenvolvido. Para mais informações sobre a lei, consulte WRM. Lei da biodiversidade brasileira: um avanço ou uma ameaça? Boletim 227, dezembro de 2016 <https://wrm.org.uy/pt/artigos-do-boletim-do-wrm/secao1/lei-da-biodiversidade-brasileira-um-avanco-ou-uma-ameaco/> e <https://www.weforum.org/reports/harnessing-the-fourth-industrial-revolution-for-life-on-land>
- (8) Esta seção de texto reflete algumas ideias básicas do artigo de Larry Lohman: Blockchain Machines, Earth Beings and the Labour of Trust, publicado pela primeira vez em 21 de maio de 2019. <http://www.thecornerhouse.org.uk/resource/blockchain-machines-earth-beings-and-labour-trust>
- (9) MARX, Karl. Capital, Vol. 1, p. 286 <https://www.marxists.org/archive/marx/works/download/pdf/Capital-Volume-I.pdf>
- (10) O consumo anual de energia da moeda criptográfica Bitcoin alimentada por tecnologia blockchain é comparável ao da Áustria, e as emissões de carbono resultantes, às da Dinamarca. Para mais informações, consulte: <https://digiconomist.net/bitcoin-energy-consumption>
- (11) Uma “regressão infinita” é uma sequência de raciocínio que não tem como chegar a um fim. Em sua argumentação, Lohman (8) se refere ao chamado “paradoxo do cumprimento de seguir regras”, descrito anteriormente pelos filósofos da linguagem Ludwig Wittgenstein e Saul Kripke. Para uma explicação mais detalhada desse paradoxo e suas implicações para tentativas de interpretação automatizada, consulte o artigo de Lohman, páginas 23-25.
- (12) WRM. Projeto Envira REDD+, no Acre, Brasil: certificadoras de carbono atribuem Nível Ouro a promessas vazias. Boletim 237, abril de 2018 <https://wrm.org.uy/pt/artigos-do-boletim-do-wrm/secao1/projeto-envira-redd-no-acre-brasil-certificadoras-de-carbono-atribuem-nivel-ouro-a-promessas-vazias/>
- (13) FAUSTINO, Cristiane; FURTADO, Fabrina. Economia verde, povos da floresta e territórios: violações de direitos no estado do Acre. 2014. http://www.plataformadh.org.br/files/2015/08/economia_verde_relatorio.pdf
- (14) CIMI. Natureza a Venda. Porantim n. 368, Edição especial. https://www.cimi.org.br/pub/Porantim%20368%20-%20para%20SITE_1.pdf
- (15) HARVEY, David. Accumulation by Dispossession. 2005, p. 149, 145-

Climatologia/Ideologia



Foto: NBC News

¿Como poderão ser os movimentos pelo clima do futuro? Depende da interação entre as diferentes definições das mudanças climáticas. As tensões inevitáveis que dividem os movimentos pelo clima de hoje também são tensões entre diferentes concepções de clima. **Para construir alianças melhores em torno da ação contra o aquecimento global, é necessário reconhecer que existem conflitos em andamento sobre o que é clima.**

Quando as classes escolarizadas no Norte ou no Sul imaginem que o clima é definido pela climatologia, isso representa um problema para a organização política. Jamais foi tão urgente pensar sobre e formular outras compreensões do clima, sobretudo quando tantas pessoas fora da intelligentsia cientificamente sofisticada – camponeses, moradores de florestas, comunidades defendendo seus territórios contra ameaças, crianças e mulheres de classe trabalhadora, para citar alguns – estão dispostas a se arriscar muito para encontrar uma maneira de avançar no assunto.

A visão do clima da climatologia

Do ponto de vista da história do mundo, a visão da climatologia sobre o clima é, atualmente, extremamente **tendenciosa, estreita, excludente e até bizarra**. Duas características interconectadas desse entendimento são de particular importância. Em primeiro lugar, a maneira como **ela localiza o problema do clima em termos de moléculas**, movimentos moleculares e fluxos de energia como objetos de **uma “natureza” que foi politicamente separada da “sociedade”**. Segundo, o apoio político reflexivo que ela dá a certas ficções arcaicas de que isso seria **uma questão a ser tratada por especialistas**, como se eles pudessem representar “soluções” para o aquecimento global.

A climatologia pretende dividir uma natureza “não humana” (por exemplo moléculas de CO₂, albedo das nuvens, clatratos de metano) de uma sociedade “não natural” (por exemplo a extração de excedente, sindicatos, política energética). E por ser uma prática política aceita a de que os Estados-nação modernos usem nomes de países para rotular diferentes setores desse espaço, passa a ser permitido que a climatologia identifique um certo número de moléculas como sendo emitidas, por exemplo, pela “China”. O resultado disso é que a climatologia passa a conspirar ao atribuir à China a responsabilidade causal por elas. Ao

mesmo tempo, a climatologia é proibida de atribuir qualquer responsabilidade pelas moléculas de dióxido de carbono originárias da queima de carvão que acontece dentro das fronteiras da China a outros países cujas empresas investiram em instalações naquele país para tirar proveito da mão de obra chinesa barata. Aceita-se que fazer isso está fora dos limites da climatologia e, portanto, não “tem a ver” com clima.

Da mesma forma, a climatologia tem licença para usar muitas formas de atribuir números aos “potenciais de aquecimento global” comparativos de várias moléculas, como metano ou óxido nitroso, mesmo se não houver base física consistente para sustentar esses números. (1) Mas não é permitido identificar os potenciais relativos ao agravamento do aquecimento global de diferentes investimentos de capital ou práticas coletivas de comunidades na floresta. Por mais obviamente diversificados que sejam, esses potenciais são mantidos “fora” do estudo das causas das mudanças climáticas. Da mesma forma, é permitido à climatologia distinguir entre moléculas de CO₂ (dióxido de carbono) e moléculas de CH₄ (metano), mas **não é permitido distinguir entre dois subconjuntos de moléculas de CO₂: “CO₂ de subsistência” e “CO₂ de luxo”**. Essa distinção continua a ser tratada como irrelevante para as mudanças climáticas. (5)

Quando a mudança climática é identificada com movimentos de moléculas e fluxos de energia desprovidos de caráter social, fica muito mais fácil imaginar que a resposta esteja em esquemas específicos para fazer a “gestão” dessas unidades essencialmente inertes e mortas. **A climatologia também tende a simplificar a “humanidade” em algo homogêneo, estático, que é visível à distância.** A ação climática “baseada” na climatologia – como desejam tantos ambientalistas – tende a se reduzir a um trabalho de lobby e controle junto a essa instituição externa de especialistas que fazem a “governança” especializada de uma entidade externa e específica.

Essa forma de incidência tende a agrupar formuladores de políticas, ambientalistas e refugiados de inundações de um lado, enquanto constrói um clima totalmente não humano do outro, com os dois ligados apenas por um canal extremamente estreito. Isso é seguido por respostas do mundo humano ao clima, com caráter de formas para fazer a “gestão” do problema (como precificação do carbono), guiadas por uma profissão de cientista climático que possui um método privilegiado para interpretar sinais que passam por essa interface com a natureza e, ao mesmo tempo, filtrar o som da sociedade. (2)

Essa cosmovisão tem precedentes, por exemplo, no manejo florestal colonial, que também tendia a considerar as práticas capitalistas como inquestionáveis e conectadas a um clima monolítico, por meio de uma interface dominado por especialistas cientistas. O clima passou a significar para os governantes da sociedade colonial garantir a produtividade das plantações ou a conservação da natureza, e da mesma forma para seus trabalhadores, em parte para impedir que se rebelassem. Os efeitos sobre as sociedades indígenas, como observa o historiador Richard Grove, (3) “costumavam ser tão destrutivos ou opressivos quanto a destruição ecológica direta e a apropriação de ambientes e direitos comuns pelo capital privado”. Essa observação só pode ser preocupante para os ambientalistas que ainda esperam que a climatologia possa, de algum modo, formar o primeiro ponto de encontro para um ativismo global que abrace todas as classes, raças e gêneros.

O predomínio da visão climatológica

Seria difícil exagerar o quanto esse tratamento dado às mudanças climáticas se tornou

hegemônico. Em reuniões oficiais sobre aquecimento global, por exemplo, **os climatologistas empoderados como porta-vozes da “natureza” são incentivados a sair da sala depois de “apresentarem a ciência”, para que os formuladores de políticas empoderados como porta-vozes da “sociedade” possam continuar suas discussões sobre como manter a acumulação de capital em um mundo com efeito estufa.** Essa regra é estabelecida em preto e branco, por exemplo, no mandato do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas, o IPCC (2013), para avaliar “a ciência de forma abrangente, sem visões tendenciosas e de maneira que seja relevante para a política, mas não prescritiva”. Essa afirmação exige que “a ciência” seja um objeto único, com limites nítidos que possam influenciar e ser influenciados pela política, mas que, de alguma forma, provenha de processos não políticos completamente distintos.

Redes com nomes como 350.org reforçam essas dinâmicas produtoras de ignorância, que considera que a ação climática é organizada em torno da gestão guiada pela climatologia dos fluxos de moléculas. **As “soluções” oferecidas são limitadas rigorosamente a um excesso de moléculas de gases do efeito estufa** – ou melhor, aos “equivalentes de moléculas” inventados pelos climatologistas que trabalham com o IPCC. Consequentemente, a principal prioridade no enfrentamento das mudanças climáticas não é, por exemplo, o apoio a um amplo leque de movimentos sociais já existentes que trabalham para manter os combustíveis fósseis no solo, em base de uma série de preocupações e objetivos resultados de uma profunda reflexão sobre o problema.

O dano já causado

O acordo climático da ONU, concretizado em Paris, em 2015, por exemplo, estabeleceu-se como um ponto de passagem através do qual uma “comunidade internacional” unitária poderia formular maneiras de manter o aumento da temperatura global média em um sistema climático físico semelhante, do tipo caixa preta, “bem abaixo de 2° C acima dos níveis pré-industriais”. Isso foi **um sinal da culminação de um processo de separar humanos do mundo.**

A abordagem baseada na climatologia de Paris também ajudou a manter as portas abertas para os mercados de carbono. Como já foi amplamente documentado, esses mercados não apenas pioram o aquecimento global, mas também prejudicam exatamente as tradições de prática que serão mais necessárias para transformar as coisas. **Qualquer povo da floresta que tenha que entregar parte de seu território para compensar emissões industriais cuja fonte desconhece está vendo suas próprias práticas terrestres e florestais com capacidade de estabilização climática serem prejudicadas pela climatologia.** Todo migrante que chega à Europa ou à América do Norte porque foi desalojado por plantações cuja produção é destinada aos agrocombustíveis, supostamente “neutras em carbono”, não é apenas vítima da visão de que uma molécula de CO₂ é igual a outra em seu efeito sobre o aquecimento global, mas também é uma pessoa que é proibido de manter práticas necessárias para conter esse aquecimento.

O predomínio perturbador da climatologia

Muitos ativistas climáticos se cobrem com o manto da climatologia. Mas por que uma estratégia diferente não seria possível? Por que não uma estratégia que, respeitando as realizações da climatologia e rejeitando o negacionismo, também reconheça que a **climatologia é profundamente Outra em relação a conhecimentos e práticas que são**

centrais para um futuro onde seja possível viver – e, como ela está atualmente constituída, geralmente os ameaça?

A chave pode estar no entendimento de que um Outro nem sempre precisa ser um Inimigo. E que, mesmo quando for, certos tipos de convergência com ele podem levar a resultados transformadores.

Duas abordagens sobrepostas podem ajudar. Uma é mostrar como **a climatologia é expressão de uma determinada história entre muitas**, e que seus procedimentos, terminologia, pressupostos, conclusões permitidas e assim por diante foram moldados por conflitos políticos e vieses políticos. A outra é **ajudar a abrir diálogos entre a climatologia e outras visões climáticas**, que possam expor onde estão os conflitos ocultos e o que pode ser feito para reconhecê-los, enfrentá-los e lidar com eles. Ouvir atentamente as nuances dos argumentos resultantes é, por si só, uma maneira de questionar a hegemonia climatológica sobre os movimentos climáticos e aprofundar o respeito por todos os lados radicalmente diferentes do ativismo climático, e não apenas por alguns.

Entender a climatologia dessa maneira não é ignorá-la nem deixar de apreciá-la; pelo contrário, é entender melhor o que ela pode ou não pode fazer.

Expondo a climatologia a seus interlocutores contemporâneos

Qualquer pessoa que tenha ouvido comunidades de base preocupadas com as mudanças climáticas em lugares como Molo, no Timor Ocidental, no paramo dos Andes equatorianos, no cinturão florestal central da Índia, no norte rural da Tailândia, na Amazônia brasileira e também, frequentemente, no centro de Londres ou Los Angeles, terá notado que suas concepções do fenômeno tendem a ter uma série de características comuns que não são compartilhadas pela climatologia.

Para começo de conversa, as histórias de mudanças climáticas contadas por muitos povos indígenas e camponeses tendem a não girar em torno de como os seres humanos afetam ou são afetados pelo comportamento de objetos não humanos, como moléculas de dióxido de carbono ou fluxos de energia. Da mesma forma, o ponto de inflexão crucial nessas histórias não é o momento em que certos limites quantitativos são descumpridos ou gestores profissionais deixam de conter as consequências.

Considere o exemplo dos cientistas indígenas de Totonac, na região mexicana de Huehuetla, na Sierra Norte de Puebla, conforme explicado pelo antropólogo William D. Smith. (4) Assim como os climatologistas, os cientistas de Huehuetla registraram um aumento da imprevisibilidade nos padrões regionais de chuvas e o vincularam, por exemplo, à secagem de nascentes e inundações destrutivas. Mas, para eles, diferentemente dos climatologistas, observar essas mudanças sem estar ciente da inserção das observações num contexto histórico significa um colapso na própria ciência. Para que sejam rigorosas, essas observações precisam rastrear e resultar em medidas relativas à perda histórica de respeito pelas nascentes, seus espíritos e o bom trabalho das comunidades que dependem de ambos, juntamente com o enfraquecimento da capacidade de agir da própria água e sua capacidade de castigar os desrespeitosos e, portanto, preservar a si e à comunidade situada cuja solidariedade é definida por ela. **De acordo com essa visão, a boa ciência se sustenta em parte por estar ciente de seus próprios vieses e sua natureza específica**, e não pode se abster de discussões sobre tópicos como respeito, presença de espírito

disciplinada, “trabalho bom” e assim por diante. Ele não tenta substituir essa consciência – como fazem a climatologia e um ambientalismo vinculado a ela – em função de uma origem mitológica onde especialistas sacerdotais têm contato místico com um infinito não humano.

Dentro dessa visão da ciência, o clima e as mudanças climáticas não são características de um “mundo natural” sobre o qual os povos indígenas de alguma forma inventaram uma “teoria indígena” para competir com e se diferenciar da climatologia. **A heterogeneidade envolvida faz com que sua visão de ciência é radicalmente diferente.** Portanto, o que acontece quando certas práticas indígenas ou camponesas são postas ao lado da climatologia, a diferença não é uma divergência sobre como interpretar ou gerenciar os movimentos das moléculas de carbono, nem algum tipo de “política do conhecimento” conflitiva. Trata-se de algo de caráter diferente, de um alcance que vai muito além disso.

A climatologia, por outro lado, tende a ver de maneira mais simplista os comentários políticos críticos que recebe, como evidências de deficiência ou negação dos fatos. O que se perde para o mundo como um todo nesses processos de “curto-circuito” não são apenas debates vitais que precisam ser feitos, mas também a consciência de que esses debates são possíveis. É essa falta de consciência – e não as divergências, em si, entre processos climatológicos e não climatológicos – que transformam diferenças entre movimentos climáticos em conflito. **Quando a “justiça climática” se torna apenas uma questão de distribuição justa de moléculas de CO₂, energia abstrata, efeitos de mudanças de temperatura ou impostos relacionados ao carbono, em vez de um debate aberto sobre terra, trabalho, patriarcado, extração, classe, raça, poluição e assim por diante, conflitos em relação à injustiça climática não são contidos, mas aumentam.**

É preciso abraçar a ideia de que **muitos movimentos pelo clima são tão profundamente Outros entre si quanto os movimentos em defesa das terras coletivas e contra os cercamentos que aconteceram em séculos passados.** As alegações de que os ativistas climáticos estão “do mesmo lado”, e deveriam calar a boca sobre suas diferenças e concentrar seu alvo em “inimigos comuns”, como empresas petrolíferas ou Donald Trump, são retrógradas e enfraquecem lutas sociais.

Os climatologistas que insistem em que é seu dever para com os formuladores de políticas limitar suas pesquisas à observação de moléculas de gases do efeito estufa e transferências de energia nem sempre são nossos amigos. Como quase todo mundo, eles são ideólogos que – embora geralmente de forma inconsciente e com alguma boa intenção – estão tomando partido em lutas profundamente interculturais envolvendo classe, raça e gênero, cujas origens remontam a muito antes da Revolução Industrial.

Mas você também tem o direito de participar da definição do que é a mudança climática. Se outros mundos são possíveis, outras climatologias também o são.

Larry Lohmann, The Corner House

(1) MacKenzie D. 2009. Making Things the Same: Gases, Emission Rights and the Politics of Carbon Markets. *Accounting, Organizations and Society* 34: 440-455.

(2) Rouse, J. 2002. Vampires: Social Constructivism, Realism and Other Philosophical Undead. *History and Theory* 41: 60-78.

(3) Grove, R. H. 1997. *Ecology, Climate and Empire: Colonialism and Global Environmental History, 1400-1940.* Cambridge: White Horse Press.

(4) Smith, W. D. 2007. Presence of mind as working climate change knowledge: a Totonac cosmopolitics. In Pettenger, M. (org.), *The Social Construction of Climate Change: Power, Knowledge,*

Norms, Discourses. Aldershot: Ashgate: 217-34.

(5) Agarwal, A., e Narain, S. 1991. Global Warming in an Unequal World. New Delhi: Centre for Science and Environment.

Um novo nome para um antigo desvio: as Soluções Baseadas na Natureza são o novo REDD



Foto: Upsidedown World

Modismos são ideias ou coisas abraçadas com entusiasmo e depois abandonadas quando a próxima moda aparece. Sabemos o que são modas passageiras em termos de roupas, por exemplo. **Nas últimas décadas, a política florestal internacional produziu sua própria coleção de modismos de conservação florestal:** Pagamento por Serviços Ambientais (PES), Ecoturismo, Projetos Integrados de Conservação e Desenvolvimento e, mais recentemente, RED, REDD, REDD+ e REDD jurisdicional ou de paisagem.

A 25ª conferência climática da ONU, realizada em dezembro de 2019, em Madri, na Espanha, será lembrada **como o momento em que o discurso e a propaganda da Organização e da indústria de conservação sobre o REDD+ foram substituídos pela nova moda de conservação florestal: as Soluções Baseadas na Natureza.** “Queremos ampliar rapidamente o financiamento do setor privado e alavancar o potencial da natureza para ajudar a atingir as metas do Acordo de Paris”, explicou o CEO da International Emissions Trading Association (IETA), um grupo liderado por empresas que visa estabelecer mercados globais de carbono e que está entusiasmado com a adoção dessa nova expressão: as Soluções Naturais para o Clima. (1)

Soluções baseadas na natureza (algumas pessoas usam a expressão Soluções Naturais para o Clima) são um perigoso desvio no esforço para evitar mudanças climáticas desastrosas. Uma razão para isso é que, assim como o REDD, as **Soluções Baseadas na Natureza são promovidas como uma ferramenta de compensação**, ou seja, as empresas se autodenominam *neutras em carbono*, mesmo que continuem queimando petróleo e carvão. Basta algum investimento em reflorestamento (plantio de árvores), restauração florestal ou em uma nova área protegida. **Segundo o argumento, as árvores absorverão o excesso de carbono da atmosfera.** As empresas de petróleo e carvão continuarão embolsando seus lucros e as emissões resultantes da queima de petróleo, e o

carvão continuará se acumulando na atmosfera porque o carbono das árvores também acabará nela, junto com o do petróleo ou o do carvão. É isso que torna as **Soluções Baseadas na Natureza** tão atrativas para a indústria de combustíveis fósseis.

Empresas de petróleo e ONGs de conservação se unem para promover a próxima solução falsa

Entre os muitos espaços da reunião climática da ONU que promovem Distrações Baseadas na Natureza, um se destacou. Em 5 de dezembro de 2019, a International Emissions Trading Association (IETA) lançou sua iniciativa chamada **Mercados para as Soluções Naturais para o Clima**. (2) Entre os membros fundadores estão as empresas de petróleo e gás Shell, Chevron, BP e Woodside Energy, e a mineradora BHP-Billiton, além de uma organização de plantio de árvores com sede nos Estados Unidos, a Arbor Day Foundation, enquanto o painel consultivo da iniciativa inclui os grupos conservacionistas com base nos EUA The Nature Conservancy, Conservation International, Environmental Defense Fund e Earth Innovation Institute. (3)

É revelador que nenhuma das declarações de empresas incluídas na nota da IETA mencione a necessidade de parar de queimar petróleo e carvão. Em vez disso, **as empresas de petróleo reforçam a expectativa do setor industrial de que as negociações climáticas da ONU adotem as regras para um mercado global**. O consultor para mudanças climáticas da Shell, David Hone, diz que “as soluções naturais para o clima [...] oferecem oportunidades significativas para a remoção de dióxido de carbono. Para que isso aconteça, o mundo precisa de um mercado robusto e amplamente reconhecido, para canalizar capital a projetos baseados na natureza, garantindo os mais altos padrões de contabilidade de carbono”. Arthur Lee, da Chevron, quer “um mercado bem projetado, onde se possam comercializar as compensações de carbono resultantes das soluções naturais para o clima”. No entanto, para evitar o caos climático, é necessário reconhecer que essas principais causas da poluição ligadas à atividade empresarial são direcionadas ao lucro e promovem **soluções falsas para desviar a atenção da tarefa urgente de manter o petróleo e o carvão no solo**. (1)

Um segundo encontro, organizado pelas ONG conservacionistas The Nature Conservancy e Conservation International, revelou outra maneira pela qual **a indústria da conservação está abrindo caminho para que a queima de combustíveis fósseis continue**. Na reunião, membros de ambas as organizações sugeriram que os países do Sul global, onde a perda de florestas é alta, poderiam resolver facilmente esse problema com mecanismos de compensação. (7) Assim, argumentaram, os países não apenas compensariam todas as emissões de dióxido de carbono em seus países, mas também poderiam gerar um “armazenamento” de carbono que pudesse ser vendido a outros (algo chamado de “emissões negativas” no jargão climático).

Em relação aos compromissos voluntários que os países assumiram no âmbito do Acordo de Paris da ONU, chamados de Contribuições Nacionalmente Determinadas (CNDs), Peter Ellis, da The Nature Conservancy, sugeriu que “mais da metade dos países com florestas tropicais poderiam atingir metade de suas CNDs (4) com as Soluções Baseadas na Natureza. [...] Alguns poderiam atingir 50% das suas CNDs apenas melhorando a Exploração de Madeira com Impacto Reduzido para o clima”, continuou ele, alegando que isso seria “possível sem reduzir a produção de madeira”. (6) O que talvez seja mais impressionante nessas afirmações é o reconhecimento, contrário a afirmações anteriores da

indústria madeireira e do setor de conservação, de que a Exploração Madeireira com Impacto Reduzido tem impacto negativo.

Muitos Países Tropicais Podem Ir Além Da Neutralidade De Carbono:

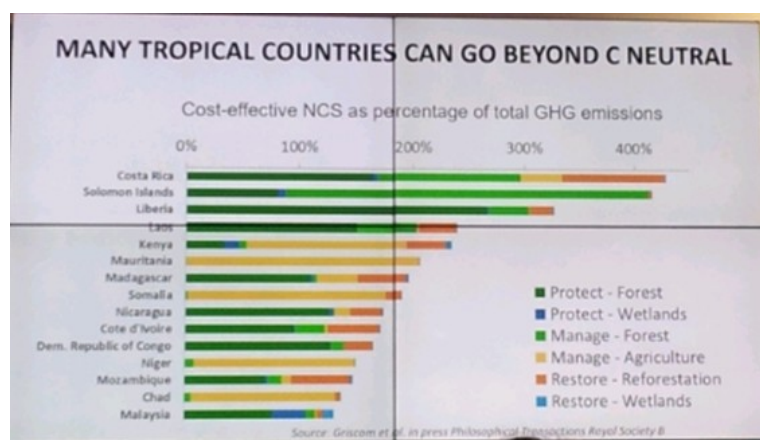


Imagem mostrada no evento paralelo “Ação climática nos trópicos: evidências e políticas para ampliar as Soluções Naturais para o Clima”

Dos apelos da sociedade civil pela interrupção do desmatamento ao entusiasmo das empresas pela restauração

Outra mudança foi perceptível na última conferência climática da ONU, em Madri. O discurso sobre o REDD+ incluiu, pelo menos, o reconhecimento de que o desmatamento está liberando emissões de gases do efeito estufa, e precisa ser interrompido. Porém, as Soluções Baseadas na Natureza estão redirecionando seu foco para a necessidade de restauração. As empresas globais de produtos alimentícios e agrícolas que se comprometeram com cadeias de suprimento com desmatamento zero – compromisso que sabem não poder cumprir (8) – se alegrarão: **parece que se conseguiu adiar a discussão do desmatamento. E sua substituta – a Restauração – está cheia de oportunidades para o setor empresarial** (consulte a “Coleção de conceitos que matam florestas”, neste boletim). A ameaça que permanece no discurso sobre Soluções Baseadas na Natureza e Restauração é que, assim como acontece com o REDD+, **a culpa por toda aquela “floresta degradada” que precisa de restauração não é atribuída às empresas responsáveis por desmatamento e degradação florestal em grande escala, mas à pequena agricultura.** A busca por terras “disponíveis” para essas iniciativas de Restauração aumentará o risco de mais controle externo sobre terras comunitárias e terras usadas na pequena agricultura, com o argumento de que essas iniciativas são necessárias “para o clima”. Portanto, as iniciativas de restauração promovidas como Soluções Baseadas na Natureza de forma cada vez mais espalhadas na reunião climática da ONU correm o risco de **ampliar a concentração de terras, da floresta para uma área muito maior onde se pratica a pequena agricultura.**

O CEO da IETA quer fazer das Soluções Naturais para o Clima “uma classe de ativos passíveis de investimento” – uma nova possibilidade para que os investidores de capital ganhem dinheiro. Foi por isso que a IETA lançou seus “Mercados para Soluções Climáticas Naturais” junto com as empresas de petróleo e fez lobby junto aos negociadores do clima para concluir as regras para os mercados de carbono sob o Acordo de Paris. Talvez tenha sido bom que os negociadores climáticos da ONU não tenham conseguido chegar a um

acordo sobre as regras do Artigo 6.4, que trata do comércio de carbono. (5) Isso pode significar menos dinheiro do setor privado à procura de um investimento lucrativo que ameaçará a pequena agricultura. Além disso, **se o objetivo é impedir o caos climático, o comércio de carbono deve ser abandonado, e não ampliado**. Um bom começo seria os negociadores da ONU levarem a sério o objetivo principal e se concentrarem apenas em ações para manter o petróleo, o gás e o carvão no solo.

Jutta Kill, jutta@wrm.org.uy

Membro do Secretariado Internacional do WRM

(1) Comunicado de imprensa da IETA: <https://www.ieta.org/page-18192/8185755>

(2) REDD-Monitor: Launched at COP25, IETA's Markets for Natural Climate Solutions is greenwash for the oil industry. <https://redd-monitor.org/2019/12/11/launched-at-cop25-ietas-markets-for-natural-climate-solutions-is-greenwash-for-the-oil-industry/>

(3) Site da IETA, uma nova iniciativa da entidade para levar o poder dos mercados a soluções climáticas naturais. <https://www.ncs.ieta.org>

(4) Os compromissos com a redução das emissões de gases do efeito estufa que os países assumiram no âmbito do Acordo de Paris da ONU, sobre mudança climática, são chamados de Contribuições Nacionalmente Determinadas, ou CNDs.

(5) Veja, por exemplo: <https://www.boell.de/en/2019/12/20/process-brink-collapse-confronts-world-move>

(6) Peter W. Ellis et al (2019): Reduced-impact logging for climate change mitigation (RIL-C) can halve selective logging emissions from tropical forests. *Forest Ecology and Management*. Volume 438, 15 de abril de 2019. Páginas 255-266.

(7) Encontro organizado por The Nature Conservancy e Conservation International, no espaço da Parceria NDC, em 5 de dezembro de 2019: NDC Partnership Climate Action in the Tropics: Evidence and Policy for Scaling Up Natural Climate Solutions.

(8) Veja, por exemplo, o Boletim do WRM (2019): A OLAM Palm Gabão quer usar a Definição de Florestas para implementar sua promessa de “Desmatamento Zero”. Boletim 245 do WRM, setembro de 2019. <https://wrm.org.uy/pt/artigos-do-boletim-do-wrm/secao1/a-olam-palm-gabao-quer-usar-a-definicao-de-florestas-para-implementar-sua-promessa-de-desmatamento-zero/>

RECOMENDADOS

Dicionário de Desenvolvimento

Este livro de 1992, organizado por Wolfgang Sachs, reúne mais de 15 conceitos fundamentais que serviram de base e meio de expansão para o discurso destrutivo sobre “desenvolvimento”. Cada um dos conceitos analisados cristaliza um conjunto de pressupostos que reforçam a visão ocidental do mundo, onde certos aspectos e temas da realidade são destacados enquanto outros são excluídos. Uma reflexão necessária que permanece em vigor até hoje. Leia em inglês e espanhol, aqui.

ES: <https://www.uv.mx/mie/files/2012/10/SESSION-6-Sachs-Diccionario-Del-Desarrollo.pdf>

IN: <http://shifter-magazine.com/wp-content/uploads/2015/09/wolfgang-sachs-the-development-dictionary-n-a-guide-to-knowledge-as-power-2nd-ed-2010-1.pdf>

Armadilhas, dilemas e contradições do discurso sobre os direitos nas florestas

Outra reflexão em torno de um conceito fundamental para florestas e pessoas que dependem delas está no Boletim 234 do WRM, de novembro de 2017, que reflete sobre o conceito de Direitos. O que podemos aprender para a construção de movimentos e o apoio às lutas dos povos da floresta com os dilemas, as contradições e as armadilhas que surgiram nos discursos sobre “direitos”?

<https://wrm.org.uy/pt/boletins/nro-234/>

Soluções baseadas na natureza: de quem são os interesses que estão por trás?

Uma publicação do blog REDD-Monitor abre espaço para um debate necessário sobre a política em torno das chamadas “soluções” climáticas baseadas na natureza, ou naturais. Entre outras coisas, deixa claro quais atores estão “adorando” essa iniciativa: empresas de petróleo e gás, de mãos dadas com seus parceiros: grandes ONGs internacionais de conservação que também apoiam as compensações de carbono e o REDD.

<https://redd-monitor.org/2019/04/05/is-the-new-natural-climate-solutions-campaign-a-distraction-from-the-need-to-leave-fossil-fuels-in-the-ground/>

FSC: A nova face da extração de madeira como atividade “sustentável”

O canal de TV europeu ARTE transmitiu um documentário sobre o FSC intitulado: “A exploração de florestas primárias: será que um selo ecológico pode parar a indústria florestal?” Jornalistas viajaram a vários países para investigar como funciona na prática a certificação do FSC e se ela protege as florestas e os direitos dos povos indígenas e comunidades locais que vivem dentro e perto dessas florestas. O documentário de quase uma hora conclui que, nos últimos 25 anos de sua existência, o FSC não foi capaz de desacelerar a indústria madeireira. “Só se pode salvar a floresta tropical com legislação, e não com selos.” Assista aqui em inglês:

<https://www.youtube.com/watch?v=GMp0IFAV41Q>

Destruição regulamentada: como a compensação da biodiversidade permite a destruição ambiental

Um relatório recente da Amigos da Terra Internacional destaca como regulamentações clássicas e rigorosas estão sendo trocadas por esquemas de compensação muito mais brandos. Setores específicos, como as indústrias globais de alimentos, agricultura e aviação, usam esses esquemas para manter sua licença social e continuar suas atividades destrutivas, afastando a ameaça de regulamentação. O relatório explora e desvenda os mitos por trás da compensação da biodiversidade: o que ela significa e como permite a destruição da natureza e prejudica a proteção ambiental.

<https://www.foei.org/resources/publications/regulated-destruction-biodiversity-offsetting-environment>

Declaração dos indígenas Mapuches e outros do Chile: Não aos esquemas com base no mercado!

O Chile seria o anfitrião da Cúpula do Clima da ONU. Mas, diante de uma forte revolta popular contra o modelo econômico neoliberal, o país cancelou o encontro, que foi transferido para a Espanha, mas manteve a Presidência da COP. O Global Justice Ecology Project e a Biofuelwatch coletaram testemunhos alertando sobre os perigos das chamadas “soluções naturais para o clima” promovidas na Cúpula, já que, no Chile, esses esquemas levaram ao estabelecimento de vastas plantações de árvores, destruíram florestas, causaram deslocamentos forçados e perda de água doce, e abriram caminho para incineradores tóxicos e enormes e devastadoras minas de cobre e lítio.

Veja o vídeo em espanhol, com legendas em inglês, aqui.

<https://vimeo.com/378431292>

Todos os artigos do Boletim podem ser reproduzidos e divulgados com a seguinte fonte: **Boletim 247 do Movimento Mundial pelas Florestas Tropicais (WRM): “Conceitos que matam florestas?”** (<https://wrm.org.uy/pt/>)

Assine o Boletim do WRM: <http://eepurl.com/7RJYL>

O boletim busca apoiar e contribuir com as lutas dos povos para defender seus territórios e florestas. A assinatura é gratuita.

Boletim do Movimento Mundial pelas Florestas Tropicais (WRM)

Este boletim também está disponível em Inglês, Espanhol e Francês

Editor-chefe: Winfridus Overbeek

Redatora responsável e coordenadora: Joanna Cabello

Apoio editorial: Elizabeth Díaz, Lucía Guadagno, Jutta Kill, e Teresa Pérez

Secretaria Internacional do WRM

Avenida General María Paz 1615 oficina 3.

CP 11400, Montevideo, Uruguai

Tel/fax: +598 26056943

wrm@wrm.org.uy - <http://wrm.org.uy/pt>